

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

DESPERTAR DA PRIMAVERA
CULTURA E CIDADANIA
NA
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
(O PALCO DA PARTICIPAÇÃO E DA DISTENSÃO)



Secretaria Municipal de Cultura
Associação de Teatro de Uberlândia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS

Campus São Mônica - Bloco 12 (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Cx. 38400-002 - Uberlândia - M. G. - Brasil

2178

S. 9
(c)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**DESPERTAR DA PRIMAVERA
CULTURA E CIDADANIA
NA
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
(O PALCO DA PARTICIPAÇÃO E DA DISTENSÃO)**

MARIA JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA TORRES

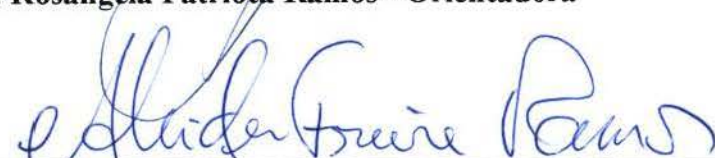
MARIA JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA TORRES

**DESPERTAR DA PRIMAVERA
CULTURA E CIDADANIA
NA
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
(O PALCO DA PARTICIPAÇÃO E DA DISTENSÃO)**

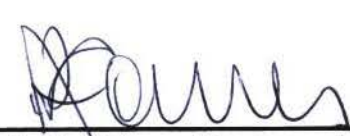
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Rosângela Patriota Ramos - Orientadora



Prof. Dr. Alcides Freire Ramos



Prof. Ms. Aguinaldo Rodrigues Gomes

Dedico este trabalho à primeira secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas, que sabia contornar os conflitos e jamais deixava seus funcionários e qualquer pessoa que a procurasse com o gosto amargo da derrota.

Dedico também a Luiz Alberto de Sousa, a Miracema Barbosa e a Lucas Nascimento , que suaram para dar concretude ao Projeto O Despertar da Primavera.

Agradecimentos

Agradeço a todos os professores do Curso de História, com quem aprendi a dar importância ao outro lado das Histórias, minúsculas e maiúsculas.

Agradeço, especialmente a Rosângela Patriota, professora tolerante com a minha indisciplina com relação a esta pesquisa, que nunca tinha hora para acabar. Intelectual madura e séria, com quem mantive e mantenho relacionamento de profundo respeito e admiração.

Agradeço também ao João Batista, da Coordenação do Instituto de História que, muitas vezes, sabia mais do que eu das minhas necessidades acadêmicas.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Cultura Luiz Alberto de Sousa e Lucas Nascimento, que discutiram informalmente comigo o processo de montagem do Projeto Continuidade e Desdobramento.

Agradeço ainda:

Ao meu pai(in memoriam),
de quem herdei a impertinência da curiosidade.

A minha mãe,
meu anjo da guarda entre o céu e a terra.

Aos meus sogros,
patrocinadores e abrigo dos meus sonhos (meus pais também).

A minha doce Bárbara,

que tantas vezes pajeou a pequena Anna Luisa pra que eu pudesse estudar e pesquisar.

Ao meu doce Dudu,

Que virava e mexia me interrompia dizendo: “mãe, acaba logo com isto que eu quero ler!”.

A minha doce Anna Luisa,

que palpitava inocentemente no meu trabalho, dizendo: “escreve, assim, mamãe: O teatro vai começar!”.

Ao meu esposo Paulo Torres,

companheiro de “longas jornadas noite adentro”, cérebro emocional dos meus pensamentos, sonhos e paixões.

Maria José Moreira de Oliveira Torres

Sumário

Introdução p. 10

Capítulo I – A Retórica da Polifonia Discursiva p. 14

**Capítulo II - Secretaria Municipal de Cultura
e Movimento Teatral - Participação
e Distensão** p. 35

**Capítulo III – O Despertar da Primavera - produto
e processo** p. 64

Considerações Finais p. 79

Bibliografia p. 83

INTRODUÇÃO

Introdução

Há algumas referências de ordem pessoal que me motivaram na escolha do tema desta monografia. A primeira, é de caráter profissional, porque acompanhei, como funcionária, vários começos da Secretaria Municipal de Cultura, incluindo os seus primeiros anos de fundação, ocorridos no período de 1984 a 1988. A segunda, porque a vitória nas eleições de 1982, do candidato Zaire Rezende (da oposição) significava a demonstração de uma nova possibilidade política, particularizada por um programa de governo, cujas metas contemplavam a aproximação com os diversos segmentos da população, como estratégia de se criar, no espaço do poder executivo, o canal de interlocução entre estes segmentos e as práticas políticas do governo.

Sob o slogan *Democracia Participativa*, as políticas públicas, a partir daquele momento, implicariam na admissão de um princípio fundamental: a efetivação e a regulação da democracia estando proporcionalmente ligadas às demandas advindas de um corpo social mobilizado e organizado, como proclamam e reiteram os discursos nos projetos peemedebistas em nível nacional e local. A ênfase recaía na participação do munícipe nas decisões do governo. O caráter da administração político-partidária se concentrava na percepção do cidadão como a outra face da conquista eleitoral e política.

Partindo da hipótese de que a política cultural empreendida pelo órgão governamental, sob a base doutrinária da democratização dos serviços e direitos, se vincularia à dimensão dos segmentos organizados, o objetivo desta monografia é identificar, no projeto institucional denominado Continuidade e Desdobramento, as

referências ou noções de cultura e cidadania nesta experiência que culminou na montagem da peça **O Despertar da Primavera**, reunindo e envolvendo a Associação de Teatro de Uberlândia (ATU) e atores do teatro amador.

Apropriando-me do nome da peça, intitulei a pesquisa de **Despertar da Primavera – Cultura e Cidadania na Democracia Participativa - O Palco da Participação e da Distensão**.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O Capítulo 1 – A Retórica da Polifonia Discursiva – apresenta uma abordagem sobre as narrativas discursivas presentes nos dois projetos do PMDB em nível local e nacional e como estes documentos planificam os objetivos e as propostas políticas de mudança do Estado brasileiro e da forma ideal de executar uma política em benefício do cidadão.

O Capítulo 2 – Secretaria Municipal de Cultura e Movimento Teatral – apresenta os dois primeiros anos de fundação (1984 – 1985) da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, inserida no contexto do projeto vitorioso do PMDB que gerou expectativas para a população. Destacamos ainda a relação da recém criada Secretaria e sua relação com a classe teatral e a ATU (Associação de Teatro de Uberlândia). A partir deste capítulo, empreendi uma discussão acerca dos momentos que geraram distanciamento e “desencanto” por parte do movimento teatral e a política empreendida pelo governo municipal.

O Capítulo 3 – O Despertar da Primavera: Processo e Produto - se debruça no processo de implantação do Projeto Continuidade e Desdobramento, apresentando as etapas por que passou o trabalho. Este Projeto vai ser realizado como ação do plano cultural para o teatro amador, levando em consideração a demanda que existia na

época. Não se pretendeu, neste capítulo, entrar nos detalhes sobre a estética da dramaturgia de Frank Wedekind, cuja peça O Despertar da Primavera foi encenada como produto final do Projeto.

Na Considerações Finais, apresentamos uma reflexão acerca do que foi a dinâmica que pautou a relação da Secretaria Municipal de Cultura e o movimento teatral, através da Associação de Teatro de Uberlândia, considerando que o teatro amador na cidade vivia um momento intenso de montagens e apresentações e a demanda forçava um compromisso por parte do governo municipal.

Com relação ao processo de “investigação”, é importante salientar que o fato de a Secretaria de Cultura ter conservados e mantidos seus arquivos organizados, facilitaram em muito a pesquisa. Os dossiês sobre o Projeto Continuidade e Desdobramento mantêm juntos documentos diversos sobre o processo de produção das oficinas e montagem da peça.

Com relação ao diálogo com a teoria, procurei me munir de uma mínima referência, estudada durante o Curso de História e durante minha vida profissional.

Em alguns pontos da narrativa, minhas memórias sobressaem, até porque vivenciei de perto esta experiência, do lado de quem torceu para que a implantação do Projeto desse certo.

Com certeza, a interpretação é provisória porque as lacunas sobre as quais não pude ou não dei conta de responder sobrevivem latentes à espera de uma nova abordagem.

CAPÍTULO I

A Retórica da Polifonia Discursiva

Um, edição nacional, o outro, edição local. Os dois programas do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – escritos em 1981 e 1982, respectivamente, sistematizam princípios e diretrizes do Partido, que deverão nortear a ação política das bases partidárias no Brasil e a do governo municipal em Uberlândia.

Os dois documentos apresentam uma raiz de semelhanças, pertinências e traduzem, em linhas gerais, a idéia da degradação política, cuja superação se dará através do espaço público ampliado na chamada democracia sem adjetivos e pautada na ação política para mudança de governo.

Nesta primeira parte do trabalho o ponto de interesse é realizar uma interpretação dos dois programas e destacar em seu conjunto os temas da cultura e da cidadania e que grau de destaque recebem ou não no decorrer da exposição do projeto político-partidário.

Buscando um suporte na área da lingüística e nas discussões em torno da cultura e da cidadania, o trabalho procura realizar o seguinte percurso: uma análise geral dos dois programas individualmente, caracterizando o que o plano da expressão registra e, conseqüentemente, quais possibilidades discursivas ele reitera ou tenta construir. Em seguida, a identificação dos temas da cultura e da cidadania e quais noções são apresentadas ou absorvidas em relação à realidade histórica.

Esperança e Mudança - o Documento Nacional

Com o título **Esperança e Mudança**¹, o programa do PMDB, em nível nacional, se apresenta como uma “Proposta à Nação e aos companheiros do PMDB”. Escrito em 1981, tem como signatários os deputados Ulisses Guimarães², João Gilberto, Marcondes Gadelha e o senador Pedro Simon.

A edição contempla e discute os temas: I. A Assembléia Nacional Constituinte e a Transformação Democrática da Vida Nacional; II. Democracia, Participação Política e Planejamento Democrático; III. Uma Nova Estratégia de Desenvolvimento Econômico Social; IV. A Questão Nacional; e V. Por uma Política Econômica de Curto Prazo: A Retomada Ordenada do Crescimento.

O documento enfatiza a assembléia nacional constituinte como instrumento para a participação da sociedade na redefinição dos rumos políticos do país e propõe uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e social que se redefine na

¹ O documento *Esperança e Mudança* é parte da Coleção Alberto Pasqualini, volume XXI, publicado pela Fundação Pedroso Horta, instituição que tem por finalidade realizar e abrigar pesquisas de e sobre o PMBD. O documento é datado de 25 de novembro de 1981, onze meses depois da nova sigla partidária. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é fundado em janeiro de 1981. É herdeiro direto do MDB e de sua posição contrária ao regime militar. Seus políticos mais antigos começam carreira no PSD, PDC e PTB. O MDB constituiu-se informalmente em 1965 como oposição a Arena. Sua fundação foi em 24 de março de 1966, com registro na Justiça Eleitoral. Era um dos resultados da extinção dos partidos imposta pelo AI-2 e a instalação do bipartidarismo logo em seguida. Uma tentativa de imitar a bipolaridade norte-americana. A década de 70 marcaria o grande salto do MDB. Além da linha mais combativa, que abria espaço para lideranças populares, outros fatores contribuíam de maneira significativa para o crescimento do MDB: a crise do petróleo provocou o fim do milagre econômico e o esfacelamento da luta armada. O MDB absorvia o papel de escoadouro das insatisfações em todos os níveis. Lidera a oposição Ulysses Guimarães. De 1970 a 1974, o MDB havia dobrado sua representação na Câmara: de 87 para 165 deputados. No pleito seguinte cresceu para 189.

² O deputado Ulisses Guimarães, neste período, é o presidente nacional do PMDB e, em 1982 se lança candidato a senador. Em visita a Uberlândia, já em campanha, numa reportagem ao *Jornal Primeira Hora* (11 de nov./1982) ele diz que nunca viu uma eleição como a atual (referindo-se às eleições de 82) “...*tornou-se mais que um fenômeno eleitoral, mas um fenômeno social*”. Ele explicou que já havia assistido a eleições de presidente da república, governadores de estado e prefeitos, “*mas esta é diferente, porque o povo quer comandar o processo político.*”

discussão sobre a “Política Social”; a “Reordenação Dinâmica do Sistema Produtivo” e as “Reformas Fiscal e Financeira”.

Na Apresentação, dois parágrafos anunciam o documento como base para a discussão na sociedade.

“Trata-se de um documento-base para a democrática e ampla discussão nas bases partidárias e na sociedade, notadamente entre trabalhadores, mulheres e estudantes.

Também não tem o documento-base a pretensão de indicar um modelo de Sociedade para o País, porque isto será o povo que irá forjando com sua luta e com suas opções. Apenas, indicam-se e discutem-se caminhos para romper a barreira da crise, do endividamento, da marginalização das camadas majoritárias, de mudanças imediatas, do desgoverno que desabou sobre o País.”³

A participação popular, através da Constituinte, é considerada, por excelência, o canal de comunicação mais importante para se garantir a transformação da ordem social:

“Instrumento de transformação pacífica da ordem social, a Assembléia Nacional Constituinte haverá de assentar os fundamentos de um novo contrato social e político. E o queremos baseado na democracia, na justiça social e na soberania nacional.”⁴

Os argumentos que fundamentam e formulam a crítica ao regime político vigente e à realidade social, presentes no documento, grifam os problemas que deixaram o Brasil mergulhado numa crise econômica, social e política. Destacam, por exemplo, a recessão, a inflação, as altas taxas de juros, a dívida externa, milhões de desempregados e subempregados, o crescente aumento das favelas, os sem terra, os bóias-frias, a crise no sistema de saúde pública, a indústria lucrativa da educação, o

³. Idem , ibidem, p. 05.

⁴ Idem , ibidem, p. 10.

analfabetismo, as mazelas que atingem o corpo discente e docente das escolas públicas, a inexistência de garantias efetivas aos direitos humanos, o arrocho salarial, o mau uso da propriedade fundiária, a ausência de uma política de proteção ao meio ambiente, a ausência de uma política industrial.

A resolução para esse conjunto de problemas, herdados pelo autoritarismo das décadas passadas - dos anos 60 e 70 - e acentuados pelo contexto político de esfacelamento da sociedade, será dada através de um programa de governo, cujo lema é "Esperança e Mudança".

"... Sabe que esta é uma hora de esperança, esperança amparada num país que possui uma indústria moderna e integrada, uma agricultura cheia de potencialidades, recursos naturais abundantes e, especialmente, um povo criativo e generoso. Quer Forças Armadas, como suas instituições permanentes, servindo sob uma Constituição democrática e a poderes legitimamente constituídos, sujeitas a seus princípios de organização, recebendo o apreço popular insuscetíveis de manobras de grupos em relação ao poder. A Nação sabe que chegou o momento de mudanças profundas nas estruturas da sociedade e do Estado.

O PMBD, comungando com a esperança do povo, quer ser um dos veículos da mudança, da renovação democrática da vida brasileira. ESPERANÇA e MUDANÇA - eis a exigência do povo, do qual o PMDB é voz e instrumento.

A democratização das estruturas políticas, sociais e econômicas deve se assentar em pilares muito claros. Sem uma ativa participação política popular, sem partidos políticos sólidos, sem liberdades públicas plenamente garantidas, sem planejamento democrático, sem um Legislativo independente, atuante e forte, sem um Judiciário aparelhado e com prerrogativas que asseguram sua autonomia, sem restabelecimento da vida federativa, não pode haver democratização das decisões. E a democratização das decisões é requisito indispensável à justiça social e à independência nacional.

Entendemos que todos os problemas políticos econômicos e sociais que afligem a Nação brasileira dependem para seu equacionamento e solução definitivos, do marco inafastável da institucionalização do regime democrático sem adjetivos. E, isto só é legitimamente possível através da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

É fundamental colocar o povo na origem do poder para que ele participe, através dos instrumentos democráticos, das decisões nacionais.”⁵

O raciocínio que acompanha a discussão do desenvolvimento econômico reitera, em diversos momentos, os aspectos negativos de um modelo econômico dominado pelos grandes interesses e pela tecnocracia do regime autoritário que mantiveram os interesses sociais fora do pensamento e da ação da política governamental. As diretrizes do Partido denunciavam também como a má administração política do país intensificaram um projeto marginalizador da sociedade deixando de lado os reais interesses da população.

No plano da expressão, o texto do documento apresenta três aspectos importantes na organização das idéias: a contextualização e a interpretação da realidade histórica ou dos problemas nacionais, a proposta para solucioná-los e o princípio da democratização dos aparelhos estatais, envolvendo a participação da sociedade como garantia e efetivação desse processo de transformação.

Destacamos alguns trechos do documento que exemplificam esta dinâmica de construção textual, embora esta maneira de redigir esteja presente ao longo de todo o documento.

“A crise econômica e social é resultado de uma política econômica dominada pelos grandes interesses e posta em prática com a irresponsabilidade tecnocrata do regime autoritário. O distanciamento do povo e de suas vicissitudes, o arrocho salarial, a ausência de uma política social, acentuaram as iniquidades, já graves, do nosso desenvolvimento histórico. É importante ressaltar que na fase de crescimento acelerado – quando a política social foi mais perversa – existiam as condições mais favoráveis, do ponto de vista estritamente econômico, para promover a descompressão salarial e social. O Nordeste transformou-se no maior bolsão de pobreza do Ocidente; a Amazônia e o Centro-Oeste foram submetidos à exploração predatória e desnacionalizante dos seus recursos naturais.

⁵ . Idem, ibidem, pp 8 – 9.

A malograda experiência autoritária mostra como um país de grande potencial dinâmico, com ampla disponibilidade de recursos naturais e população jovem pode se transformar numa nação problemática, ameaçada e comprometida por um regime anti-democrático e incompetente.

.....
Diante das graves distorções e problemas acumulados durante os longo anos de regime arbitrário, torna-se essencial e inadiável a tarefa de estabelecer um PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, voltado para a consecução de um novo estilo de crescimento, baseado na distribuição cada vez mais igualitária da renda e da riqueza.

A redistribuição de renda exige, em primeiro lugar, uma nova política salarial e trabalhista e novos critérios para nortear as políticas sociais. Em segundo, é preciso reordenar o crescimento do sistema produtivo, quer para dar suporte à redistribuição de renda, quer para enfrentar os desafios colocados pela crise mundial.

.....
Para que o processo de desenvolvimento avance assim, de forma substantiva, é indispensável assegurar a participação permanente e organizada do povo nas decisões. A democratização do Estado constitui o único caminho adequado para colocar definitivamente, a política econômica e social a serviço dos interesses da população. Este é o caminho para conjugar o desenvolvimento econômico com justiça social. Só com a DEMOCRACIA haverá DISTRIBUIÇÃO MAIS JUSTA DA RENDA!

A consecução deste objetivo não pode basear-se em propostas utópicas e demagógicas. PROPÕE-SE AQUI, UM CONJUNTO ARTICULADO E EXEQÜÍVEL DE POLÍTICAS SOCIAIS, BASEADO NUM ELENCO COMPATÍVEL, CONSISTENTE E NÃO-INFLACIONÁRIO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E REFORMAS INSTITUCIONAIS".⁶

O discurso vai construindo a possibilidade de mudança, que só será viabilizada por meio da realização dos planos e estratégias propostos. Neste sentido, a possibilidade e a materialização dessa possibilidade não se apresentam como contraditórios mas como alternativas, que têm nos movimentos sociais e na extensão da sociedade a chave para a redenção dos problemas do País. O papel da sociedade é fundamental na conquista desse espaço político que requer mudanças.

⁶ .Idem.Ibidem. Aqui, os trechos foram selecionados e extraídos ao longo do documento.

Assim, é comum na extensão de todo o documento aparecer um conjunto de informações e indicativos lingüísticos que vai montando ou selecionando uma racionalidade ideológica sem perder de vista o projeto de mudança. E isto garante que a lógica do pensamento partidário seja também a lógica da realidade histórica. Este estatuto de “verdades” funciona como uma sustentação da visão acerca de outra realidade histórica que se quer construir para a sociedade brasileira. É preciso ter uma nova ordem social, sem a qual não há mudança. Portanto, os problemas brasileiros de toda ordem são assimilados e interpretados por uma ótica de que é verdade o que criticam e colocam a público. Não há dúvidas. O discurso, neste sentido, é categórico. É verdade o que se fala; é verdade o que diz o Partido. Nessa perspectiva, o conteúdo que se veicula de dentro para fora, ora se tem essas reiteradas “verdades”, ora se projetam metas para a construção e sedimentação dessas verdades, instituindo e legitimando no discurso partidário os discursos dos sujeitos sociais.

Com um enfoque mais ostensivo nos aspectos econômicos, o documento aborda de maneira menos profunda os temas da cultura e da cidadania. Cidadania é uma noção implícita na redefinição do chamado Estado de Direito e na proclamada participação da sociedade, especialmente no que diz respeito à questão eleitoral.

“A democratização da vida social e política, exige, ademais, a absoluta observância dos direitos eleitorais: é imperativo a supressão de todos os obstáculos e manipulações ao exercício da cidadania e ao princípio da alternância no poder. É necessário estender o voto ao analfabeto e banir as restrições que cerceiam indevidamente o direito à postulação de cargos eletivos (inelegibilidade com fundamento ideológico, ou por haver sido destituído de mandato sindical ou por estar respondendo a processo por crime contra a segurança nacional).. É preciso estabelecer o princípio de representação e de voto vinculado, que desfiguram o

*partido político. É fundamental garantir o direito às coligações como projeção de liberdade partidária”.*⁷

Cidadania, no contexto do documento, afirma uma condição do cidadão brasileiro ter a garantia de seus direitos eleitorais, quer seja decidindo através das suas representações, quer seja postulando cargos eletivos. O exercício e a experiência da cidadania tem a ver com o momento de realização de outras condições políticas, cujo caráter mais positivo se manifesta na participação popular.

O tema da cultura é enfocada no item IV do documento sob o título A Questão Nacional.

Em seis páginas, delineia-se um pensamento sobre o que se constitui o entendimento ou concepção de cultura e de identidade nacional, sem no entanto prescrever o melhor caminho para essa conquista.

A noção de nacionalismo e identidade cultural se colocam como extensão dos problemas econômicos, que impuseram ao País uma afirmação cultural identificada com os valores estrangeiros. É preciso garantir ao povo sua participação nas decisões políticas para gerarem novas formas ou alternativas de fazer a cultura e o desenvolvimento.

“A nossa identidade cultural lamentavelmente foi amesquinhada pelos longos anos de regime autoritário, sob o estilo de crescimento econômico excludente e marginalizador de amplas faixas da população, acompanhado da diluição dos nossos valores artísticos e culturais, hábitos e costumes. Para isso contribui o influxo da valorização exagerada, artificial, “fabricada” pela publicidade de conteúdos culturais estrangeiros.

.....
o problema central da autonomia nacional está na capacidade do povo criar e

⁷ . Idem , ibidem, p.13.

definir, segundo interesses próprios, formas alternativas de cultura e desenvolvimento.

O NACIONALISMO deve significar o fortalecimento do poder nacional. Não se pode, entretanto, confundir o fortalecimento do poder nacional com um pseudo fortalecimento do estado decorrente do seu caráter autoritário.

PODER NACIONAL SIGNIFICA CONDENSAÇÃO DOS INTERESSES DO POVO, pois são seus interesses econômicos, sociais, políticos e culturais populares que definem o INTERESSE NACIONAL. Mais ainda, a expressão dos interesses populares e nacionais só é possível num ESTADO DEMOCRÁTICO. Quer dizer, num Estado de Direito onde a sociedade possa se organizar e exprimir livremente através de partidos políticos, sindicatos e demais organizações, num estado em que haja amplo controle democrático das decisões.

*E mais adiante, o Documento finaliza o item A Questão Nacional propondo a "promoção dos nossos valores culturais, através do controle da difusão exacerbada de modelos, marcas e conteúdos culturais estrangeiros que impõe, artificialmente, valores dissociados de nossa realidade. Pelo apoio à preservação da memória nacional, pelo estímulo à criatividade e desenvolvimento da cultura popular, de nossos hábitos alimentares, linguagens, costumes, música, dança, cinema, artes cênicas, plásticas, etc."*⁸

Desse modo, os valores culturais e a identidade nacional são fundadas numa concepção que aceita o popular como extensão do processo cultural, depositário das mais amplas e distintas formas de expressão do povo para fazer acontecer a invenção do nacionalismo.

O nacionalismo como idéia de um Estado forte, concebido como um Estado de Direito, que assegure direitos, atenda aos interesses do povo e que afirme o seu contraponto histórico: o de negação do Estado autoritário. Assim, o programa peemedebista nos oferece uma idéia de Estado de Direito como espaço genuíno de amplo "manejo" e "controle" democrático das decisões.

⁸ . Idem, ibidem, p. 83-84.

Nesse sentido, nacionalismo abriga a noção de cultura, de identidade cultural vinculadas diretamente à constituição e construção de um Estado de Direito.

Considerando portanto este grau de referência, cultura e identidade cultural circunscrevem a relação indissociável de direitos e garantia de direitos através do exercício político ou da política formal partidária, que tem no povo ou nas demandas populares a forma mais visível desta transformação ou busca. É preciso fomentar nas instâncias sociais a consciência coletiva de tratar as reivindicações como demonstração forte de mudanças no interior do espaço político fora e dentro do Estado.

Cultura também abriga a noção daquilo que se quer refutar; os conteúdos culturais estrangeiros impostos. Neste caso, a expressão popular é a expressão do padrão de referência cultural ou artística produzida pelo povo; os valores da cultura brasileira estão impressos neste circuito de nacionalismo, que quer dizer a autenticidade dos valores populares, aquilo que se produz pelas camadas mais simples.

O Documento do PMDB de Uberlândia

“ É o ser humano. Entendemos que para bem governar é necessário que o poder esteja centralizado no ser humano, ao contrário do que se tem feito até agora, quando os governantes têm-se preocupado com o desenvolvimento. No nosso governo, o centro de tudo será o ser humano. (...) Numa democracia real o povo precisa participar do Governo.”⁹

Durante a campanha para prefeito, o candidato Zaire Rezende dava sinais de sintonia com os anseios da população uberlandense, especialmente no que se refere às áreas tidas como necessárias para uma melhor qualidade de vida: saúde, educação,

⁹ Jornal Primeira Hora. Uberlândia, 27 de outubro de 1982, p.5.

Trecho da reportagem com o candidato a prefeito Zaire Rezende, pouco menos de um mês das eleições municipais.

moradia. Ao discursar nos palanques, ao longo da campanha, não se ouvia falar de grandes obras, mas da necessidade de construir as bases para que os recursos públicos voltassem, sobremaneira, para as camadas mais pobres e mais marginalizadas.

Com o slogan *Venceremos*, o PMDB lança, em 1982, a campanha para sucessão municipal. O candidato a prefeito Zaire Rezende e uma equipe formulam a Proposta Para a Ação do Governo Municipal, publicada num fascículo e distribuído à população.

O documento encerra a campanha política ou programa do PMDB¹⁰ para administrar a cidade de Uberlândia no período de 1983 – 1988.

O conteúdo das informações apresenta uma lógica narrativa semelhante à do documento nacional. Elege uma retórica que concilia dois objetivos claros: fazer a leitura do passado político imediato e propor ações para corrigir os caminhos da administração municipal.

É dentro desse esquema – interpretação do passado e estratégias para efetivação da legítima democracia – que o documento traz, associando metas e táticas, a discussão do processo da participação da sociedade como condição fundamental para se construir um novo momento da política governamental.

¹⁰ A Proposta para Ação do Governo Municipal, segundo Zaire Rezende, foi resultado de mais de 500 reuniões com moradores dos bairros. 25 homens, entre eles, advogados, engenheiros, economistas, professores participaram da sua formulação. Zaire Rezende, nº 55, candidata-se a prefeito e para vice, Durval Garcia. Para vereadores são lançados 19 candidatos: Antônio Ferreira, Antônio Salviano, Debal de Oliveira, Eduardo Afonso, Geraldo Rezende, Gerson Pereira, Hermes Quirino, Jonas Reis, José Antônio, José Risotto, Lamartine Braz, Luiz Oliveira, Nilza Alves, Olga Helena, Pedro Lourenço, Pedro Matias, Sebastião Eurípedes, Sérgio Finzer e Silas Guimarães. Em Minas gerias, nesse período, pelo PMDB se candidatam: para governador –senador Tancredo Neves e vice, Hélio Garcia; para senador, Itamar Franco; deputado federal Ronan Tito e para deputado estadual, Luiz Alberto Rodrigues.

“ Em conformidade com o Programa do PMDB, estamos submetendo à apreciação do povo de Uberlândia nossa Proposta Para a Ação do Governo Municipal.

Entendemos estar cumprindo com aquilo que deve ser obrigação mínima de qualquer candidato: tornar público seus princípios, diretrizes e programas de ação.

Faz-se necessário, nessa hora de crise por que passa o país, que todos os que postulam cargos públicos estejam realmente identificados com os anseios populares. Já não bastam promessas às vésperas de eleições para , depois, voltar as costas ao povo. Este está cansado dessas promessas eleitoreiras que deformam o verdadeiro sentido da política, afastando-se da única via capaz de imprimir transformações que se fazem necessárias no país: sua efetiva participação política”.¹¹

As prioridades elencadas também revelam um direcionamento do pensamento político-partidário com as questões sociais. Como ações e preocupações imediatas destacam –se , num primeiro plano, as seguintes áreas: saúde, saneamento, habitação, educação, transporte, asfaltamento das vias urbanas e o fomento econômico: numa tarefa seguinte, as áreas de segurança pública, cultura, lazer, defesa e reconstrução do meio ambiente e assistência social.

Para conseguir alcançar as metas, o trabalho do governo deverá ser planejado com a efetiva participação da comunidade, através da Câmara Municipal e outros mecanismos de interlocução.

Quando listam os dez Princípios para a Ação do Governo, o documento enfatiza o ser humano como objeto e sujeito do desenvolvimento social e reforça a idéia do poder público comprometido com os anseios da coletividade.

“4) – absoluto respeito e defesa das liberdades democráticas: o direito de livre pensamento, associação e expressão.

¹¹ Proposta para a Ação do Governo Municipal. Venceremos PMDB. Uberlândia: 1982.

5) – o reconhecimento da independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como indispensável à manutenção das liberdades civis, ao cumprimento das leis e fiscalização dos poderes públicos.”¹²

Participação da comunidade na construção de uma política pública e a redefinição das prioridades assinalam em que bases o exercício do poder municipal vai se assentar. O êxito do projeto político do PMDB de Uberlândia também reflete a aceitação de colocar em prática o exercício da democratização nos níveis do poder executivo e da própria sociedade.

Isto significa que sem a cooptação da força dos movimento locais não se assegura o sucesso da política formal. É como se a proposta para a ação do governo municipal abrigasse amplos interesses sociais, os quais seriam suporte de permanentes formulações políticas no âmbito do governo municipal.

O projeto anuncia a implantação de programas de ação, uma reforma administrativa e a criação de conselhos municipais. Com a reforma, a prefeitura de Uberlândia teria o seguinte organograma: órgãos de aconselhamento (conselhos), órgãos de assessoramento (gabinete do prefeito, gabinete de planejamento e coordenação, procuradoria geral do município e assessoria de comunicação), órgãos de atividades – meio (secretaria de finanças e secretaria de administração) e de atividades – fim (secretaria de educação, secretaria de cultura, secretaria de saúde, secretaria do bem-estar social, secretaria de serviços urbanos, secretaria de indústria e comércio, secretaria de agricultura e abastecimento e secretaria de meio ambiente), os órgãos da administração indireta: DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgoto, FUTEL,

¹² Idem. Ibidem. p.01

Fundação Uberlandense de Turismo , Esporte e Lazer e ainda órgãos de administração e representação distrital (subprefeituras distritais e conselhos distritais). Uma proposta para poder executivo com o objetivo de realizar outras frentes de trabalho, mais voltadas para a viabilização das ações sociais.

No que se refere à questão da cultura, o objetivo do PMDB é estimular uma política voltada às manifestações culturais enquanto representações do popular, do erudito e recuperem a materialidade histórica dos acervos e da memória do Município.

O documento , no trecho relativo à cultura, assim se expressa:

“A preocupação com a cultura e a memória histórica tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do poder municipal, de uma política cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela administração e pelo povo.

Uberlândia, em todas as camadas da população, possui elemento culturais (música, folclore, arte, artesanato, etc) que devem ser estimulados, ao lado das manifestações culturais mais eruditas (grupos teatrais, orquestra sinfônica, galerias de arte e pintura, etc.).

*Por tudo isso se justifica a criação da Secretaria Municipal de cultura, que dará apoio a todas estas e outras expressões da cultura”.*¹³

E mais adiante , o documento dá conteúdo às competências da Secretaria de

Cultura:

*“ Compete-lhe promover o desenvolvimento social em seu aspecto cultural, e lhe compete elaborar e implementar uma política cultural que deverá conquistar e garantir os espaços para a manifestação e produção culturais: desenvolver trabalhos de pesquisa que conduzam ao conhecimento e à preservação da realidade histórico-cultural do Município: difundir a cultura local e regional: apoiar as iniciativas particulares ou de instituições voltadas para a promoção cultural: localizar, manter sob sua guarda e preservar o acervo histórico-cultural do Município : criar o museu da Cidade: e manter e atualizar a Biblioteca Municipal”.*¹⁴

¹³ Idem. Ibidem. p. 04

¹⁴ Idem. Ibidem. p.12

A criação da Secretaria Municipal de Cultura e o seu funcionamento nos primeiros dois anos será matéria do Capítulo 2 desta monografia.

Um aspecto interessante do documento do PMDB local é a colocação de dados estatísticos sobre o Município, referentes às áreas da economia e da demografia, como suportes argumentativos para denunciar com objetividade e que não há transformação se não houver um desenvolvimento econômico com justiça social. Acrescentam ainda no documento as competências da municipalidade, prescritas pela Constituição Federal e Estadual e como interpretam as aplicações do dinheiro público, advindo das arrecadações de tributos. O diagnóstico da situação municipal confirma que a receita não contempla as reais necessidades da população: “a saúde para quem não tem”, “a habitação para quem não a tem”, “o lazer”, “a escola”. Critica também as grandes obras do prefeito anterior, que deixou de contemplar investimentos na área social e gastou volumosos recursos na Avenida Rondon Pacheco e na construção do estádio Parque do Sabiá, ações que sacrificaram as funções sociais da Prefeitura.

Em termos gerais, o enfoque do projeto político para o poder municipal é amplificar no espaço do Poder Executivo, a participação da comunidade para implantar, de forma legítima, o ingresso do povo na dimensão da vida pública e garantir uma permanente interlocução com o governo.

Com relação às noções de cultura e cidadania no documento do PMDB de Uberlândia, a tática para a materialização do discurso político é criar uma estrutura governamental para definir e abrigar uma política pública voltada aos interesses populares.

Assim, a criação de um órgão para trabalhar com a produção artística será uma etapa importante na formalização dos interesses diversos dos segmentos culturais e representações coletivas.

Criando vários órgãos para direcionar os recursos orçamentários e para prestigiar ou privilegiar determinados segmentos da sociedade, cria-se automaticamente um espaço para a manifestação desses interesses e dessas contradições.

Em ambos os documentos vamos encontrar uma convergência e semelhança na priorização e tratamento dos indicativos sociais, econômicos e políticos.

As referências históricas dos anos 70, especialmente o conjunto da luta política e dos movimentos sociais se refletem e são redimensionadas, reinterpretadas e absorvidas pela narrativa discursiva impingindo aos projetos políticos peemedebistas um estatuto de validação do que é melhor para o País. Por isto, o acionamento da sociedade, através dos mecanismos da assembléia constituinte, das eleições diretas, da participação das camadas populares nas decisões governamentais como estratégia de reparar as consequências do regime militar e construir novas bases para o desenvolvimento econômico e social e a efetivação da democracia.

O significado desse momento está na interpretação desse novo projeto político como projeto de mudança capaz de absorver a movimentação social inquietante, com seu caráter reivindicatório e democratizante de participação política não só no âmbito das instâncias formais, mas também no campo da informalidade.

Duas campanhas políticas que surgem numa conjuntura de transição democrática, em resposta ao lado autoritário e desagregador dos anos 60 e 70.

O discurso do PMDB vai priorizar, portanto, a urgência dos problemas a fim de solucioná-los pela articulação entre ação coletiva e o discurso político corporativo. Este absorvendo e institucionalizando os fundamentos dos movimentos populares.

A construção de uma pretensa resolução para os problemas nacionais e local valoriza de imediato o processo do que está por vir como eixo para as reformas e mudanças. Assim, a solução é sempre de ordem visionária e idealista, cujo fenômeno social mais importante é a possibilidade de se ter um o Estado não-autoritário. Neste aspecto, a interpretação se desloca para a revalorização de um elemento recorrente: o PMDB ser interpretado como o Partido agregador dos interesses diversos da sociedade daquele período.

Portanto, a noção de cultura no documento do PMDB, em nível nacional, tem a ver com o exercício da democracia, considerada como exercício da manifestação da maioria que possibilitará a experiência dos desejos e anseios das camadas menos favorecidas estabelecendo um padrão diversificado e modificador da consciência e da ideologia acerca do papel do Estado , que é em primeira e última instância o espaço administrador dos interesses da Nação.

Em consequência, a noção de cidadania está vinculada diretamente ao direito da população poder participar e exprimir livremente através dessa participação política.

Para retomar a discussão sobre o plano da expressão que nos atualiza informações do pensamento partidário, apresentamos o que José Luiz Fiorin, em seu livro **Linguagem e Ideologia**, afirma sobre o comportamento do discurso , que tem o papel de viabilizar o diálogo permanente entre texto-contexto e vice-versa.

“ O falante, suporte das formações discursivas, ao construir seu discurso, investe nas estruturas sintáticas abstratas , temas e figuras, que materializam valores, carências, desejos, explicações, justificativas e racionalizações existentes em sua formação social.”¹⁵

Se no plano da expressão, a exposição das idéias buscou registrar uma racionalidade, com objetivo de intensificar a crítica e projetar uma alternativa viável para se construir uma sociedade mais justa, mais democrática, no plano do discurso, o que se demonstra é uma espécie de polifonia discursiva, aqui entendida como espaço organizado do cruzamento de discursos alheios, pautado em informações e representações, advindas dessa coerção social. Os documentos apresentam essa característica: absorvem o entorno sócio-histórico-ideológico e promovem um discurso que refrata esta realidade, palco da fermentação das relações cotidianas, e delas se apropriam, legitimando-as no interior e no conteúdo do discurso político-partidário. Genericamente, retomam e recuperam a fala dos outros - a fala do trabalhador, a fala dos insatisfeitos, a fala dos carentes, a fala das mulheres, a fala do povo - textualizando uma polifonia discursiva, estabelecendo o pensamento não só do PMDB, mas de toda sociedade.

Se o discurso político, nesse início dos anos 80, revela os sinais do tempo histórico, a evidência mais forte e inovadora são o novo conteúdo de existir e praticar o convívio coletivo e público que os movimentos sociais formulam a partir da segunda metade dos anos 70. Para Maria Célia Paoli, a originalidade desses movimentos

“residia no fato de organizarem-se para expressar o desejo da cidadania e dos direitos e que é regida, portanto, por aquilo que hoje, anos mais tarde,

¹⁵ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. Ática, 1988. p.43.

*está sendo enunciado como própria da esfera de uma sociedade civil revitalizada. A novidade que representaram é que esta aspiração de um poder civil e cidadão delineava-se exatamente na conjuntura que viu o fim da ditadura militar, quando os caminhos da democratização da sociedade eram procurados estritamente em uma “restauração do estado de Direito (ou seja, das garantias formais de liberdade e segurança individuais) e do sistema democrático formal, baseado no voto – ambas as ênfases formando aquilo que é fulcro da categoria “transição democrática” e que monta a questão em termos da estabilidade e “consolidação” da democracia, aspecto tão caro aos cientistas políticos”.*¹⁶

Com isso, o discurso peemedebista reconhece essa nova movimentação social, nela se sustenta e dela precisa para validar seu projeto político, reiterando uma polifonia discursiva para além do jogo das idéias e das palavras. As práticas coletivas exercitadas no bairro, nas fábricas, nas universidades, dão o novo tom para a organização das práticas políticas das instituições e do governo.

A emergência dessa relação entre representações – da sociedade e do Estado – é tão antiga quanto a história dos direitos sociais e a concepção do Estado de Direito, formuladas por Locke e Rosseau (séculos 18 e 19).

Na concepção rousseauiana, os indivíduos vão se reunir e fazer o contrato social; vão se contratar e formar as leis da sociedade civil. Portanto, a democracia direta é a verdade geral e não a soma das vontades individuais, mas espelha a vontade de todos. A vontade geral é, por consequência, encarnada pelo Estado, que deve contemplar e agir conforme as esferas do consenso.

Nessa concepção, direitos sociais se referem ao entendimento do Estado poder promover meios de atender às necessidades humanas básicas: saúde, educação, habitação, etc. e, sobretudo, a liberdade, além de garantir o direito do cidadão ter

¹⁶ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In. LOPES, J.S.L.; **Cultura e identidade**

direitos a conquistar uma melhor qualidade de vida. Instituem uma cidadania, muito mais ampla, porque não só prestigia o direito de votar, de ter domínio sobre o corpo, mas de possibilitar o acesso a condições de vida mais humanas e mais dignas.

Nesse período, é comum encontrarmos no debate acadêmico a discussão sobre o que vem a ser o nacional-popular ou a cultura popular e identidade nacional. A temática é recorrente nos jornais do país e em obras de referência. Sobre este assunto, retomaremos a possibilidade de relação entre o pensamento norteador das políticas públicas no Capítulo 2 desta monografia.

O projeto político do PMDB para o Brasil, no início dos anos 80, funciona como a organização do debate público em torno da liberdade democrática e da mudança da realidade histórico-social. Os cidadãos comuns se tornam demandadores de uma série de benefícios do Estado, se colocam como articuladores e formuladores das representações das expressões coletivas e são estes sujeitos para os quais o olhar político se debruça, consolidando, por fim, a idéia da esperança para se construir uma sociedade melhor.

CAPÍTULO II

Secretaria Municipal de Cultura e Movimento Teatral – Participação e Distensão

*“Dito e feito,
Zaire é prefeito!”*

Entoando esse refrão, a população saudava o candidato Zaire Rezende¹⁷, que, nas urnas, havia derrotado o candidato do PDS. Uma vitória barulhenta, orquestrada pelas buzinas dos carros e fogos de artifícios. Uma euforia que se sentia e se ouvia, tal a agitação popular. Uma comoção generalizada no centro e nos bairros. Durante o percurso, que começou na rua Vieira Gonçalves e finalizou na Praça Sérgio Pacheco, um barulhento grupo em cima da carroceria de um caminhão animava a multidão de quase duas mil pessoas com uma ritmada bateria de escola de samba. A carreata da vitória levava para ruas e avenidas correligionários, gente do PMDB, os familiares dos eleitos, gente jovem, gente da periferia, trabalhadores comuns, estudantes, os homens, as mulheres, as figuras humanas com pouco ou quase nenhuma ligação com o cenário da política local. Pessoas que depositaram seus sonhos no projeto do candidato Zaire Rezende e aguardavam com esperança um futuro melhor. Chuvas de papel picado, lenços acenando nas janelas dos edifícios, apertos de mão e abraços. As bicicletas, as motos, os automóveis decorados com adesivos, cartazes de campanha e faixas carregavam manifestantes eufóricos e

¹⁷ Zaire Rezende é uberlandense, nascido em 25 de dezembro de 1931; médico formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Seu primeiro mandato eletivo (1969 a 1972) foi como vereador na cidade paulista de São Sebastião, sendo reeleito para o mesmo cargo, no período de 1973 a 1976. Voltou para Uberlândia em 1977. Clinicou em hospitais locais como ginecologista e obstetra. Em 1982, concorreu às eleições para prefeito, cujo mandato foi de 1983 a 1988. Concorreu com Alceu Santos, candidato do PDS –Partido democrático Social.

alegres. À frente da carreata, uma lenta carroça levava o prefeito eleito, sua esposa Neuza Rezende e cinco dos seus sete filhos.

Uberlândia, com pouco mais de 300 mil habitantes, assistia a um momento singular na sua história política. Ter um prefeito com perfil de esquerda, com a cara de quem o elegeu: a cara das camadas mais simples. O prefeito, que nucleou reuniões nos bairros para ouvir a fala do outro, sabia agora mais que a força da retórica, do carisma pessoal, o momento era outro. As propostas deixavam o palanque para fazer parte do etapa de execução. Era preciso pôr em prática seu projeto político, aprovado por 39.757 votos.¹⁸

A Lei 3955, da primeira reforma administrativa do governo Zaire Rezende, estabelecia uma nova estrutura, com a criação de vários órgãos, dentre eles, a Secretaria de Cultura que, só fora implantada, de fato, em 1984.¹⁹

Uma das razões para a reorganização administrativa do poder executivo estava na concepção de que esta ação seria um recurso estratégico para ampliar a capacidade de interlocução com as representações da sociedade em diversos setores, especialmente para dar conta das demandas populares nas área social.

¹⁸ Jornal Primeira Hora, As apurações das eleições foram realizadas de 15 a 18 de novembro de 1982. Os votos válidos do prefeito Zaire Rezende somaram 39.757, totalizando a legenda 62.813 votos. Os vereadores eleitos para o mandato de 1983 a 1988 são Antônio Jorge Neto, Antônio Naves de Oliveira, Cleto Gomes Correa, Elias Eurípedes Teixeira, José Antônio Souza, Geraldo Gomes Rezende, Olga Helena da Costa, Pedro Matias e Silas Alves Guimarães do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); Nilza Alves de Oliveira do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que, posteriormente passa para o PMDB; Adalberto Duarte da Silva, Dorivaldo Alves do Nascimento, Evandro José Braga e Eurípedes Barsanulfo de Barros do PFL (Partido da Frente Liberal); Adriano Bailoni Júnior, Amir Cherulli, Laerte Lemes Rodrigues e Waldeck Luiz Gomes do PDS. Do total de 19 vereadores, o PMDB tem a maioria na Câmara Municipal.

¹⁹ Lei nº 3955 de 09 de setembro de 1983 —estabelece nova organização administrativa do Município e dá outras providências.

O conteúdo dos periódicos referente aos atos do poder executivo, nos três primeiros anos do governo, enfatiza a preocupação do prefeito em fomentar a representação popular como canal legítimo para a negociação política. Sob o slogan da Democracia Participativa, a proposta de governar era definida assim pelo prefeito e vice –prefeito:

“Governar não é um ato solitário. Antes de tudo, quem governa deve interpretar as aspirações coletivas, respondendo a todos segmentos da sociedade, desenvolvendo um trabalho permanente em benefício de toda a população... O diálogo e a participação são indispensáveis ao desenvolvimento de Uberlândia.”²⁰

“ Interessa-nos mais a organização do povo, que propriamente as obras.”²¹

Criar uma estrutura para administrar as demandas da arte e da cultura era sinal de uma boa política porque, afinal de contas, os sujeitos dessa mudança também fizeram suas opções por uma Uberlândia menos conservadora e compatível com as lutas dos mais sofridos.

Com relação à cultura , o prefeito assim se posicionou:

“... nós, quando estávamos fazendo o nosso estudo a respeito do nosso projeto político para Uberlândia e que estudamos o nosso Município como um todo, estudamos a nossa realidade, estudamos a estrutura que estava montada, uma das conclusões que nós chegamos era que havia alguns espaços em aberto, e um deles , realmente, era o espaço da cultura, espaço da cultura, como foi muito bem dito pela senhor secretária, que engloba o patrimônio histórico, o patrimônio cultural e o apoio a todos as manifestações culturais, desde as chamadas mais eruditas até as mais simples...”²²

²⁰ Trecho da fala do prefeito Zaire Rezende. Revista Uberlândia 96 . ABC Propaganda, Gráfica Sabe.

²¹ Trecho da fala do vice-prefeito Durval Garcia . Jornal Participação – Ano I, nº 6, fev./1985, p.1. Periódico editado pela Prefeitura para informar sobre as ações do governo municipal.

²² Trecho do discurso do prefeito Zaire Rezende na inauguração da casa da Cultura, 19 de agosto de 1985.

Nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, na rua Machado de Assis, 844, se instalava a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, no dia 1º de fevereiro de 1984. Um espaço acanhado: uma sala retangular, de mais ou menos 7 metros por 4, dando frente para a rua. Uma vidraça do teto ao chão compunha a extensão da parede externa.

Do lado direito desta residência (uma casa de dois pavimentos), uma entrada, originalmente garagem, servia de acesso às duas Secretarias. No final desta garagem, uma porta à esquerda dava acesso a uma sala quadrangular, dividida por um biombo para servir de ante-sala da Secretaria de Cultura.

À direita deste cômodo, mais uma sala, onde ficavam dois funcionários da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação, que respondiam pela Banda e Biblioteca. Logo adiante, um corredor com mais duas salas e um banheiro à direita e duas à esquerda; encerrando o corredor, uma sala maior onde ficava o gabinete do Secretário de Educação. Nestas dependências funcionavam a assessoria, o setor de compras, de redação e datilografia. No piso superior ficavam os supervisores e a equipe pedagógica da Educação. Nos fundos da casa, um almoxarifado e os motoristas. Pela garagem, logo à direita uma porta dava acesso a um corredor mais estreito, que abrigava uma improvisada copa.

As dependências da Secretaria de Cultura se resumiam nesta sala envidraçada e numa ante sala. Na sala maior, uma mesa e um telefone para a secretária de Cultura, e uma mesa de reuniões. Na ante sala, uma mesa, um telefone, um armário de madeira, um arquivo de aço e uma secretária executiva. A Secretaria de Cultura utilizava a estrutura da Educação, desde o cafezinho aos serviços do motorista.

A secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas, e uma única funcionária iniciavam o trabalho naquela manhã ensolarada de fevereiro.

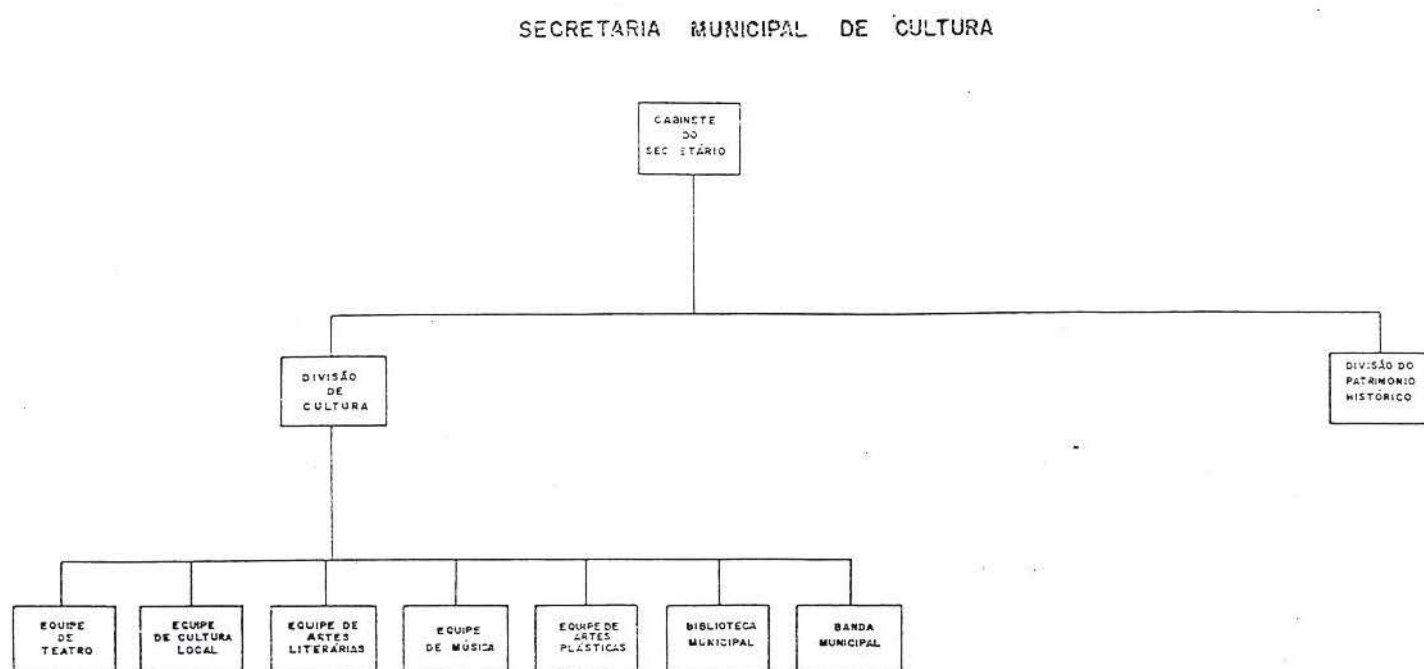
Era tempo de carnaval, e o prefeito Zaire Rezende delegava à Secretaria de Cultura a incumbência de realizar o evento, antes realizado pela Secretaria de Serviços Urbanos.

A Secretaria de Cultura herdava também a estrutura da Divisão de Cultura da Secretaria Educação. Esta estrutura era composta da Biblioteca Pública e Banda Municipal e mais dois funcionários – Sérgio Spini e Edsel Oduvaldo Britto. Acudir o carnaval era a prioridade e, aos poucos, foram sendo contratados mais funcionários. Naquela época, não havia concurso público para a Prefeitura. Um corpo técnico foi-se constituindo. As contratações privilegiavam profissionais com formação acadêmica ou com experiência de atuação artística. As escolhas e indicações eram por profissionais já conhecidos pela Secretária ou indicados por outros secretários. As dependências da Secretaria estavam ficando pequenas. O número de atendimento ao público era considerável e os funcionários, na maioria das vezes, trabalhavam na sala da secretária.

Em março de 1984, A Secretaria de Cultura se transfere para um imóvel alugado na rua. Vital José Carrijo, 307 no bairro Lídice – e de lá só se mudou, no segundo semestre de 1985, para a Casa da Cultura.

A estrutura formal da Secretaria Municipal de Cultura, definida na Lei 3955, assim se configurava: Gabinete do Secretário; a Divisão de Patrimônio Histórico, com a Seção de Preservação e Iconografia e Seção de Museus; a Divisão de Cultura que abrangia a Seção de Bibliotecas, de Teatros e de Eventos Artísticos e Esportivos. Na

prática, os novos funcionários iam sendo contratados para atuarem em diversas áreas, que não necessariamente as formalizadas pela estrutura oficial.²³



²³ Funcionários da Secretaria de Cultura no período de 1984-1985: Área Administrativa – 08; Divisão de Patrimônio Histórico – 02; Assessoria – 02; Equipe de Música – 02; Cultura Local – 03; Equipe de Literatura – 02; Equipe de Artes Plásticas – 02; Equipe de Teatro – 15 (incluindo técnicos e administrativos do Teatro Vera Cruz e Teatro Rondon Pacheco – os técnicos para lidar com os grupos de teatro e dança eram Luis Alberto de Souza; Lucas Nascimento e Miracema Barbosa); Banda – 44; Biblioteca – 19. A Banda e Biblioteca eram instituições bem antigas e foram anexadas à Secretaria em 1984.

As frentes de trabalho iam sendo montadas e formuladas à medida que o corpo técnico ia delineando os projetos e as atividades e a “pressão” dos segmentos da classe artística “exigia”: o corpo técnico, com formação ou atuação nas áreas de teatro, artes plásticas, educação artística, ensaiava a elaboração dos primeiros projetos de difusão cultural ou de apoio à comunidade, além de realizarem um incipiente mapeamento dos valores artístico. O projeto – Mesa de Boteco – que já vinha sendo desenvolvido pela antiga Divisão de Cultura foi mantido. Até julho de 84, foram 13 edições do Projeto, que levava para os bares apresentações de músicos e era coordenado por Edsel Britto e Sérgio Spini.

Tudo estava em processo de construção. Os técnicos e administrativos, principiantes na vida do serviço público, promoviam suas incursões pessoais na área de interesse para garantir uma melhor atuação. A fim de elaborar um plano de política pública para a área, a Secretaria Municipal de Cultura, a partir de 1984, começa a articular a vinda de profissionais para trocar experiências e auxiliar no debate acerca do assunto. As referências de trabalho mais importantes foram as de Curitiba principalmente, porque o trabalho cultural realizado pela Fundação Cultural de Curitiba se mostrava bem articulado; no que se refere a São Paulo e a Belo Horizonte as experiências não foram tão expressivas para o plano cultural da Secretaria de Cultura de Uberlândia.

Para alargar ainda mais o debate sobre o processo cultural, a presença e atuação dos órgãos de cultura, a Secretaria elabora o Projeto de Encontros Culturais, abrindo à participação das cidades vizinhas que, em sua maioria, também não possuía

Secretaria de Cultura. A contribuição desses profissionais vai ser muito importante para a formulação dos planos de trabalho.

Os encontros de política cultural põem em evidência alguns aspectos importantes sobre os conceitos e idéias em torno da arte e da cultura neste momento histórico. Os profissionais, que participam dos encontros, têm experiência na área da administração da cultura. A tônica do primeiro encontro – Encontro de Cultura e Poder no Brasil – era a discussão pública sobre a redemocratização do Estado e o novo conceito de cultura²⁴. A cultura brasileira pensada como algo múltiplo, pelas dimensões históricas vividas por diferentes classes sociais; cultura brasileira pensada do ponto de vista da sua diversidade ou diferenciação (em função do aspecto geográfico, do aspecto regional), contraditória e rica na criatividade. Cultura brasileira percebida como ampliação da cidadania, com a valorização do direito do cidadão ter direito às condições comunitárias de lazer e de expressão das formas de pensar, fazer e agir. O temário reforçava que a identidade nacional só seria construída a partir de um mínimo de igualdade e essa igualdade não seria prerrogativa dos segmentos da elite da sociedade, mas da população como um todo. E, por isto, o Brasil comportava em cada município

²⁴ O I Encontro – Cultura e Poder no Brasil – foi realizado de 20 a 23 de novembro de 1985 e teve como temário e conferencistas: A Questão Cultural no Brasil – Deputado Delfim Ribeiro – Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais; A Constituinte e a Cultura – Carlos Frederico Marés de Souza Filho – Diretor –Presidente da Fundação Cultural de Curitiba; Cultura e Poder – Paulo Vicente Guimarães – Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura; Administração da Cultura – Sebastião Rocha – membro da Comissão Mineira de Folclore e Diretor- Presidente do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento de Belo Horizonte; Movimentos Populares de Cultura – Maria Erlinda Cassab Paleroci – assessora do Secretário Municipal de Cultura de Campinas; Cultura e Meios de Expressão – Gianfrancesco Guarnieri – Secretário Municipal de Cultura de São Paulo; Memória e Patrimônio Cultural – Ângelo Osvaldo de Araújo Santos – Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Cultura; Cultura, Educação e Liberdade – Fernando Correa Dias – assessor do Ministro de Estado da Cultura. Antes mesmo da realização dos encontros de cultura, alguns profissionais vieram a Uberlândia a convite da Secretaria de Cultura com a mesma finalidade: Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Silvio Ranciaro (assessor de Gianfrancesco Guarnieri), Jota D'Ângelo (Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais), Antônio Grillo e Carlos Vitta (Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais). Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura.

seu grau de identidade e de diversidades culturais e essa diversidade seria um espécie de categoria reguladora de novos padrões e valores de convivência.

A falta de liberdade ou a repressão serviam apenas como padrão político-ideológico asfixiador e inibia a perspectiva da pluralidade. Cultura era, portanto, uma referência balizadora para o desenvolvimento da sociedade e devia ser entendida como algo mais que necessário. Ela permeava a construção da cidadania, para além da arte. Estava na luta pelo posto de saúde, pela creche, pelo asfaltamento da rua, por uma moradia, por uma vida mais digna.

Um outro recurso utilizado pela Secretaria de Cultura foi a criação do Conselho Municipal de Cultura para auxiliar na formulação de um pensamento mais compatível com as exigências do momento, considerando que o grau de mobilização da Universidade, especialmente de um grupo de professores do Departamento de Estudos Sociais e das Artes pelas questões culturais da cidade e pela pesquisa acadêmica e projetos em andamento sobressaíam no campo das ações e mobilizações públicas. O Conselho Municipal de Cultura se forma com a maioria de representantes da Universidade Federal de Uberlândia.

A fim de evitar um trabalho sem rumo, a atuação do Conselho servia, naquele primeiro ano, como delineador de uma linha-mestra para que os projetos fossem bem canalizados sob o ponto de vista dos conceitos, objetivos, dos recortes geográfico e metodológico. A equipe da Secretaria queria mostrar trabalho e elaborara um relativa quantidade de projetos e atividades. Sobre estes recaía a crítica do Conselho - dos membros externos- sobre a dificuldade técnica para realizar tantas atividades, um

recorte muito abrangente para os projetos de pesquisa e a infra-estrutura acanhada, que impediriam a viabilização de boa parte dos projetos. O Conselho foi instalado em 15 de maio de 1984, realizando uma reunião mensal. Ao todo foram sete reuniões de que se tem registro no livro de atas da Secretaria. A partir de 1985, as equipes conselheiras foram setorializando as discussões em função das necessidades de cada área e deixou-se de lado o Conselho mais geral, com reuniões de todos os membros. A Universidade era representada por 08 professores, 01 representante do Conservatório Estadual de Música, 01 representante da ATU, 01 representante da Academia Uberlandense de Letras e Artes.²⁵

Algumas ações da Secretaria de Cultura durante o ano de 1984, demonstram uma política voltada para o teatro, para socorrer os problemas mais imediatos da Banda e Biblioteca, dos artesãos em conflito com os camelôs, disputando o espaço da praça Tubal Vilela e a recuperação da Casa da Cultura.

Nos relatórios mensais do órgão, referentes aos anos de 1984-1985, vamos encontrar uma preocupação com a descentralização das atividades culturais, em cadastrar os artistas, diagnosticar as demandas mais urgentes. As atividades e projetos são vários: visitas aos bairros e distritos, exposições de fotografia, exposição do acervo artístico da UFU, I e II Encontro de Violeiros e Sanfoneiros, Feira do Artesão,

²⁵ Formação do Conselho Municipal de Cultura. Para atuar com a Divisão de Patrimônio Histórico – Maria Clara Tomás Machado (Departamento de Estudos Sociais da UFU) e Joaquim Antônio de Assis Vilar (Departamento de Pedagogia da UFU), para a Equipe de Artes Literárias – Bilá Salazar Drumond, (membro da AULA – Academia Uberlandense de Letras e artes) e Odete Maria Álvares (do Departamento de Letras da UFU); para a equipe de Artes Plásticas – Lucimar Belo, Thomaz William Mendoza Harrel e Maurício Nacif, os três do Departamento de Artes Plásticas da UFU; para a Equipe de Artes Cênicas – Zeca Ligiéro (Departamento de Artes da UFU) e Agostinho Bizinoto (Relações Públicas da ATU); para a Equipe de Artes Musicais – Walter José Maluf (Regente da Orquestra e do Madrigal da Escola Estadual de Música Cora Pavan Capparelli) e Edmar Ferretti (Departamento de Artes Musicais da UFU)

apresentações da Banda Municipal em praças, Projeto Férias nos Distritos, Inauguração da reforma e benfeitorias na sede da banda, I Encontro de Break, Show Uditoca, I e II Festival de Pipas, lançamento do Concurso Literário de Uberlândia /categoria contos e poesia; entrega dos serviços de reforma da Biblioteca e inauguração do seu Departamento Infantil, I Encontro de músicos do bairro Luizote de Freitas, I Encontro de Folias de Reis, Noite da Seresta no Centro Social Urbano do bairro Tibery, I Festival de Música do Século XX, Projeto Literatura e Criança na Praça, Projeto Conheça o Escritor de Sua Cidade, Festa Junina, Noite da Seresta, Inauguração do Teatro Vera Cruz, Onze Dias de Arte Mineira, Projeto Meio de Vida, Reforma , restauro e inauguração da Casa da Cultura, reforma do Teatro Rondon Pacheco, Cursos de Interpretação e de Boneco, Curso de teatro e dança, exibição e debates de filmes, realização do carnaval, realização da Feira do Artesão...

Um expressivo número de atendimentos à comunidade, dentre eles, reuniões com Associação dos Artesãos, com a LESU – Liga das Escolas de Samba de Uberlândia, com as escolas de samba, ATU – Associação de Teatro de Uberlândia, DCE – Diretório Central dos Estudantes, Associação de Folias de Reis, representantes do Congado (Irmandade de Nossa Senhora e de São Benedito dos Homens de Cor de Uberlândia), grupos de teatro, AICA – Artes Integradas do Camaru e escritores.

No documento Projeto 85, no qual a Secretaria de Cultura registra e divulga suas diretrizes políticas para o ano, as competências do órgão ficam estabelecidas. Destacamos a parte do documento que revela os objetivos dos projetos institucionais e da relação com o movimento teatral:

“ Projeto Caiapônia

É preciso cultivar a nossa herança cultural.

Os projetos realizados pelas equipes em suas áreas específicas procurarão:

.atender as manifestações artísticas locais já existentes, sejam elas musicais, plásticas, literárias ou de teatro e dança.

.dar ênfase ao caráter de continuidade e ao propósito da formação de um público consumidor, bem como a ampliação do mercado de trabalho.

.criar condições para que a nossa comunidade tome conhecimento de todo movimento artístico-cultural que esteja sendo realizado em Minas Gerais, favorecendo o intercâmbio de nossos artistas com os demais do Estado.

Objetivo: divulgar e valorizar os nossos artistas, abrindo espaços para eles e para aqueles de toda Minas Gerais, com apresentações, palestras, não só a nível acadêmico mas a nível de toda comunidade."

"À Seção do Teatro compete:

- Divulgar o teatro e dança na comunidade;

- Apoiar a Associação de Teatro de Uberlândia (ATU) e demais entidades ligadas ao teatro e a dança;

- Incentivar através da ATU a criação de grupos de teatro e apoiar os existentes;

- Apoiar a promoção de cursos, oficinas, encontros e festivais de teatro e dança;

- Tomar providências com relação a convênios para obtenção de locais e ensaios e apresentações;

- Estimular o intercâmbio entre os grupos locais e de outras cidades;

- Levar o teatro e a dança para bairros, entidade e locais público;²⁶

A primeira gestão governamental da Secretaria Municipal de Cultura abrange o quinquênio de 1984 a 1988, mas nos interessa particularmente os dois primeiros anos para contextualizar a política institucional voltada para os movimentos culturais da cidade, especialmente a relação com o movimento teatral.

Enfatizamos o processo de implantação e as primeiras iniciativas do órgão, tendo em vista que o projeto institucional em análise- Continuidade e Desdobramento

²⁶ Projeto 85 – Secretaria Municipal de Cultura p. 26 O documento possui 26 páginas e faz uma explanação das metas e propostas de trabalho para o ano de 1985.

– Despertar da Primavera - é realizado em meados de 1985. Por se tratar da montagem de uma peça de teatro, queremos destacar sobretudo como o órgão e o movimento teatral viveram esta experiência, acrescentando que relacionam-se interesses de ambas as partes, num certo grau de aproximação e distanciamento, a que chamamos de participação e distensão

1984 é o ano dos começos, começo do trabalho para estruturar a Secretaria Municipal de Cultura e proceder à elaboração de uma política para o setor cultural; começo das evidências dos problemas entre segmentos culturais e o órgão; começo da projeção das expectativas, da defesa incontestada dos “direitos culturais”; começo da experiência do projeto político na área cultural anunciado em campanha; começo dos desafios; o começo do tensionamento entre o poder executivo e segmentos culturais; começo da experiência da participação e distensão.

Em 1985, nas comemorações do primeiro aniversário da Secretaria Municipal de Cultura, encontramos nos arquivos, um documento que contém as falas oficiais da ATU - Associação de Teatro de Uberlândia -, do funcionário Raul Ojeda, da Secretaria de Cultura, a respeito do trabalho realizado na área de teatro. O texto da Secretaria sublinha que as carências materiais, humanas e técnicas são fatores negativos para que os vários grupos de teatro desenvolvam um trabalho de qualidade, fatores que geram desmotivação e desistência. O papel da Secretaria será o de atenuar as dificuldades promovendo cursos e palestras com o apoio do INACEN – Instituto Nacional de Artes Cênicas, ligado à FUNARTE – Fundação Nacional de Artes.

À pergunta como a comunidade vê o trabalho da Secretaria, assim respondem Raul Ojeda e ATU:

“ Ainda com expectativa. Alguns grupos tiveram apoio, porém, passado o período de instalação da Secretaria e sendo que este ano de 1985 ela já tem orçamento próprio, achamos que este apoio deverá ser mais completo. A preocupação da secretaria em adequar melhor o Teatro Rondon Pacheco e transformar o Cine Vera cruz em casa de espetáculos cênicos, como também a contratação de um luminotécnico para estes espaços, endossa o grande esforço dessa secretaria em relação ao teatro. Neste sentido, somente achamos que estas reformas estão acontecem de forma muito morosa. Parabéns à Secretaria e à Administração que permitiu sua existência”. (Raul Ojeda)

“ Foi como uma aurora bonita! Foi como se a gente voltasse a ter voz! Foi como se pudéssemos jogar as muletas para um lado e começássemos a caminhar na certeza de que éramos normais! Um novo ânimo agitou as esperanças do pessoal de teatro, quando recebemos a notícia da instalação da secretaria de Cultura. Já temos uma porta para bater e uma cãs para nos receber para ouvir nossas ideais, pedir o que precisamos, discutirmos nossos problemas e sermos porta vozes do que aspira o povo de Uberlândia em se tratando de teatro. Tão logo foi criada a Secretaria de Cultura, incentivados por suas propostas, sentimos a necessidade também de arrumar nossa casas e é o que estamos fazendo. Organizando nossa estrutura interna e projetando nosso futuro certos de termos apoio na caminhada. A Associação de Teatro de Uberlândia, em nome dos grupos a ela filiados, parabeniza a Secretaria de Cultura e todo o pessoal que nela trabalha por este primeiro anos de sua existência. Estamos prontos a aplaudir sua atitudes e atentos ao que acreditamos que ela possa e deva fazer. Nós temos ideais e metas a atingirmos e a secretaria uma missão a cumprir na história de nossa gente”. (ATU)²⁷

Os textos fazem alusão à morosidade das ações públicas e ao papel da Secretaria como viabilizadora das atividades teatrais. Neste sentido, a relação entre grupos de teatro e o órgão sinaliza uma parceria mais estreita, ainda que a dinâmica do processo não tenha assegurado todas as reivindicações.

Participação e distensão vão acontecer como variáveis da dinâmica política, que expressam o comportamento de duas instâncias. De um lado, a que detém o poder de decisão sobre os recursos orçamentários e por consequência o financiamento dos

²⁷ Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura. Documento de 03 páginas.

projetos – a Secretaria Municipal de Cultura – e por outro, a que abriga os sujeitos responsáveis pela elaboração das ações na área do processo de criação artística – no caso, os grupos de teatro e a ATU (Associação de Teatro de Uberlândia).

A questão importante a considerar é que há um esforço em administrar e canalizar bem os recursos públicos para os segmentos culturais. No entanto, o processo de funcionamento das instituições, que comporta prioridades e responsabilidades distintas, fora do poder público, não se adapta às exigências da máquina administrativa, porque a autonomia do fazer e do como fazer são variáveis condicionantes para suas políticas internas. Há a recusa da dimensão governamental no que tange ao direcionamento do comportamento institucional e aplicação dos recursos e do apoio recebidos.

Se a Democracia Participativa se supunha fortemente amparada na representatividade da sociedade civil e de incontestável racionalidade no plano da administração dos problemas da coletividade, o mesmo não acontecia no plano da prática política. A operacionalização dessas contradições e até mesmo do consenso deixava tênues os limites de atuação do poder público municipal e da sociedade e melindrava o “pacto” ao projeto político peemedebista. Em virtude disto, um delicado caminho vai-se traçando, o da distensão, não só no campo da área artístico – cultural, mas também de outras áreas.

A primeira distensão com o governo municipal foi a nomeação da secretária de Cultura. Não foi um ato aplaudido por todos. Não foi silencioso e nem comemorado pela comunidade artística. Um quê de protesto acompanhava o ato do prefeito. Havia uma expectativa disseminada na imprensa e na comunidade de que Edsel Oduvaldo Britto seria o futuro secretário de Cultura. Agostinho Bizinoto, da ATU, participa do Movimento Pró-Definição do Secretário de Cultura, que não arrola a professora Iolanda

de Lima Freitas como candidata, mas sim Edsel Britto. Com a nomeação de uma professora universitária, a nomeação de Edsel Britto vai por água abaixo. Iolanda de Lima Freitas assume, sob um certo ar de constrangimento.

variedade/serviço

Primeira Hora

Secretaria da Cultura : uma vitória feminin

«Foi uma vitória da mulher». A afirmação é de Iolanda de Lima Freitas, a primeira secretária da Cultura de Uberlândia que tomará posse no início do ano que vem. Em entrevista ao *Primeira Hora*, Iolanda explicou que a sua escolha para o cargo «deveu muito porque um grupo de mulheres uberlandenses reivindicaram de Zaire Rezende a necessidade de colocar alguém que representasse a classe no seu governo. Mas ela ressalta, no entanto, que não foi uma vitória «feminista», mas sim feminina.

Iolanda de Lima Freitas quando recebeu o convite relutou muito em aceitá-lo, porque já tinha a sua vida profissional estruturada, trabalhando no Centro Franco-Brasileiro e lecionando na Universidade Federal de Uberlândia. Mas, ela explicou, diante das convicções de mulheres ela terminou por aceitar tal convite.

Ela se sente disposta ao trabalho, e afirmou que «quer o apoio de todos os setores pois pretende, na Secretaria Municipal de Cultura fazer tudo da melhor maneira possível em benefício da comunidade cultural uberlandense».

Entre as coisas mais urgentes que ela considera é a recuperação e conservação do patrimônio histórico. Iolanda se preocupa também com as manifestações culturais que existem e que não encontram meios de se expandir. A cultura uberlandense, para Iolanda de Lima, pode se tornar mais rica do que é, «existem valores, e o enriquecimento depende muito do aproveitamento desses valores».

Não pretende desenvolver uma política isolada, pois «sozinha sei que não posso realizar quase nada. Portanto, em princípio, pretendemos fazer um trabalho de equipe, contando com a colaboração dos grupos culturais que existem na cidade». Para isso ela se dispõe a aceitar críticas «que é um direito que se tem desde que seja para construir. A crítica é um direito de expressão que o povo tem, ela nos pode servir como ajuda para refazer planos e determinar a nossa ação».

Perguntada sobre o protesto dos «britistas» anunciado por canais de televisão Iolanda de Lima considerou «um direito deles, isto faz parte da democracia participativa. Se houve manifestações a favor de Britto, aconteceram também outras em meu favor, só que as minhas de forma mais oculta pois não eram de pessoas ligadas à Imprensa, mas as mulheres que defendiam sua posição».

A secretária de Cultura algumas vezes foi rotulada de elitista. Em relação a essa consideração ela afirma que «é preciso saber a conotação da palavra elitismo, se dentro daquilo que eles pensam que sou elitista existem razões para tanto. No entanto, temos que respeitar seus pontos de vista, mas por outro lado há outras pessoas que dizem ou têm outra visão do



Iolanda de Lima Freitas

sentido da palavra ou daquilo que sou». O meu trabalho é que realmente irá mostrar até onde eu posso chegar, comprometida ou não com a cultura «elitista». No final, Iolanda ressalta a importância de uma mulher ocupando uma secretaria no governo Zaire Rezende. Ela é a primeira a assumir um cargo de tal relevância. Dessa maneira podemos concluir que as mulheres mais do que nunca estão conseguindo grandes vitórias.

J. Pádua e Silva.

IRV

PRIMEIRA HORA 23/12/1983

Na matéria, ela²⁸ se defende das supostas críticas, e à medida que ela começa a lidar com os interesses das classes artísticas e se mantém como o "único" canal de interlocução entre o poder executivo e os grupos de teatro, buscando equilibrar os interesses, as críticas começam a dar lugar a uma certa "pressão" para que atividades fossem realizadas.

Mesmo durante a campanha e, posteriormente, já na Secretaria de Educação, em 1983, Edsel Brito coordena uma série de reuniões com os grupos de teatro amador e se torna formalmente o interlocutor do PMDB, o que lhe dá uma inegável popularidade junto aos artistas locais. É de sua autoria um documento dirigido ao secretário de Educação, no qual expõe os problemas mais imediatos do teatro em Uberlândia e propõe algumas alternativas para solucioná-los. O texto aponta inicialmente o teatro amador em Uberlândia como um assunto melindroso, polêmico e que tem causado desentendimento. Os argumentos utilizados têm suporte em citações de Augusto Boal, para fundamentar que o bom teatro popular deva contribuir para o processo de popularização dessa arte e de conscientização política da comunidade.

²⁸ Iolanda de Lima Freitas (1932), Natural de Goratuba – GO. Cursou o Científico na Escola Estadual Uberlândia. Fez Licenciatura em Letras (Português/Francês) e em Pedagogia (Supervisão Escolar). Especializou-se em Metodologia Do Ensino Superior na Universidade Estadual de Londrina (PR). Foi professora de 1º e 2º graus em escolas da rede privada e pública. Como professora universitária, ministrou as disciplinas de Língua Francesa e Prática de Ensino de Francês. Foi membro da equipe de Supervisão da 26ª Delegacia Regional de Ensino, de 1976 a 1978. Fundadora e primeira coordenadora do Centro Franco Brasileiro de Cultura - Convênio entre UFU e Embaixada da França no Brasil (1963), que funcionava no próprio prédio da Reitoria da UFU. Sub-chefe do Departamento de Letras/UFU por dois mandatos. Secretária de Cultura de 1984 a 1988. Foi casada com um ex-padre, envolvido nas questões e

Conclui o documento, relacionando as seguintes proposições :

- “1. Municipalizar o Teatro Rondon Pacheco, seguindo de algumas melhorias físicas;*
- 2. Criar um órgão, na Secretaria, que se responsabilize pela sua administração e pela programação cultural em geral;*
- 3. Alugar um imóvel na área central, administrado, também pelo mesmo órgão, destinado à instalação de cine-clubes, à realização de ensaios, eventualmente aos encontros literários ou outras atividade congêneres e , se possível à instalação da Associação dos artesãos de Uberlândia;*
- 4. Subvencionar apenas os espetáculos de interesse popular ou reconhecida qualidade artística, na forma de complementação nos preços dos ingressos para distribuição em campanha de popularização do teatro (filipetas).*
- 5. Promover, sob todas as formas, a realização da campanha de popularização, levando espetáculos à Zona Rural e aos Distritos;*
- 6. Patrocinar, diretamente, a realização de cursos, conferências e debates;*
- 7. Interessar as unidades escolares nas atividades de cinema e teatro, através de um programa específico desenvolvido com o Departamento de atividades extra-Curriculares da DRE (delegacia regional de Ensino);*
- 8. Sugerir a montagem de espetáculos, inclusive pelos escolares, não só de teatro, mas de gêneros paralelos (shows, leituras dramáticas, jograis, etc.);*
- 9. Promover amplamente as atividades válidas (imprensa, rádio, tv., placas, volantes, cartazes, etc.);*
- 10. Interessar diretamente a participação da UESU (União dos estudantes secundaristas de Uberlândia), DCE (Diretório central dos estudantes), Sindicatos, etc., nas atividades”²⁹.*

O documento vai ao encontro das expectativas do teatro amador e consagra uma proposta que posteriormente vai se tornar referência para as ações da Secretaria Municipal de Cultura em relação ao teatro.

pensamento da Teologia da Libertação, morto num acidente de carro. Quando secretária, Iolanda de Lima Freitas já era viúva. Informações por mim selecionadas durante a gestão da secretária.

²⁹ O documento de Edsel Oduvaldo Britto é dirigido ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Nelson Armando de Paula Bonilha; datado de 14 de abril de 1983, tem 04 páginas.

Edsel Britto, além de jornalista era também ator de teatro e cinema, tendo atuando em peças e filmes em São Paulo. Em Uberlândia, trabalhou no Jornal Primeira Hora e depois na Secretaria de Educação e Cultura e na Secretaria de Cultura. Escreve com Agostinho Bizinoto a peça A Paz Que Nos Deram. Dirige em 1984 a peça A História do Juiz de Renata Palotini.

Segunda distensão: o Teatro de Bolso, um espaço para apresentações artísticas e especialmente utilizado para espetáculos de teatro, administrado pelo grupo Troca Troca estava com seu contrato de locação a ser encerrado em dezembro de 1984. O Grupo solicitava da Secretaria, através da ATU, o pagamento do aluguel do espaço. Com uma agenda de espetáculos bem sucedidos, o grupo Troca Troca não tinha condições de sobreviver sem a ajuda financeira da Prefeitura.

Em ata de assembléia geral extraordinária da ATU, de 25 de novembro de 1984, A Associação aprova o seguinte parecer a respeito do Teatro de Bolso, a pedido da secretária de Cultura. Esta ajuda vem através de forma de subvenção repassada a ATU³⁰, com a finalidade de quitar os aluguéis de março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro.

O empenho da Secretaria de Cultura resolve parcialmente o problema do Teatro de Bolso, mas como, segundo a secretária existem outras prioridades, uma delas é a de descentralizar os equipamentos culturais e tendo em vista a reforma do Teatro Rondon Pacheco, não há como continuar mantendo em funcionamento tantas instituições no centro da cidade às expensas do poder público.

“ Votamos a favor do seguinte parecer: pela continuidade do Teatro de Bolso, renovando o contrato por mais seis meses, passando a administração do mesmo à Secretaria .Propor também à Secretaria que lute pela desapropriação do imóvel junto à Prefeitura, destinando-o para atividades culturais. A administração do teatro de Bolso pela Secretaria teria o apoio da ATU, sendo que os critérios serão os mesmos aplicados no Rondon...”³¹

³⁰ Em 1984, a subvenção liberada para a ATU é de Cr\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil cruzeiros), em 1985, o valor é de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

³¹ Ata da ATU, do dia 25 de novembro de 1984. Arquivos da Secretaria de Cultura.

TB precisa de maior apoio para continuar

Uberlândia está prestes a perder seu único espaço alternativo e independente onde diversos setores culturais podem se expressar, dentro de uma programação sempre muito atuante. As pessoas que até agora seguraram a barra do Teatro de Bolso não tem mais condições de continuar, pois é um ônus muito alto e sem retorno. Agora a solução seria que o teatro passasse definitivamente para a Associação de Teatro de Uberlândia (Atu) e a Prefeitura dando apoio, com uma verba para a sua manutenção.

Zeca Ligiéro esteve, ontem, no **Primeira** falando da luta que está havendo para que o Teatro de Bolso continue funcionando, pois sua própria existência já foi por não ter um espaço adequado dentro da cidade para se fazer teatro. «Durante um ano, o esforço foi para colocarmos público dentro dele, para que as dívidas pudessem ser pagas e tivesse uma maior movimentação do espaço. Foi a partir desse momento, que vi que a luta não era só de um grupo, mas bem mais ampla».

«No começo, diz ele, deu para pagar tudo, mas com os gastos que tivemos, com uma reforma no teatro, não foi possível cobrir todas as despesas. Agora esta dívida já está paga, mas existem outros gastos que sempre precisam ser feitos. A Atu assumiu o teatro por dois meses (dez/jan), mas o aluguel está com três meses de atraso, correndo o risco de ser despejado».

Zeca Ligiéro explica que já foram mantidos contatos com a secretária de Cultura, Iolanda de Lima, tendo esta solicitado os estatutos da associação, que deve assumir o TB, havendo as possibilidades de que a prefeitura possa dar uma força para o teatro.

Esta situação vem se estendendo desde dezembro e o medo de Zeca e das pessoas que estão lutando para a continuidade do TB, é de que haja uma morosidade burocrática, se não houver um maior empenho das autoridades competentes. «Eu sinto a boa vontade da secretária, mas até então os contatos com as autoridades foram muito pequenos e a situação está difícil».

Sobre as 24 horas de programação cultural, realizadas no último sábado e domingo, ele disse que foi um desejo de mostrar o quanto as pessoas que sempre lutaram por este espaço e a comunidade estão envolvidas e empenhadas



«Nossa luta não é só de um grupo, mas bem mais ampla»

para que ele continue. «Houve um apoio maciço de várias camadas da população e esta passou a ser uma reivindicação, não só teatral, mas cultural, em termos de representatividade, com a presença, inclusive, de professores de diferentes áreas».

Zeca faz uma cobrança à nível de participação, porque seu trabalho foi muito atuante o ano passado e não recebeu nenhuma subvenção. «Acredito que dentro de uma proposta de transformação política, cultural e reflexão crítica, a prefeitura poderia ser um agente bastante atuante, porque se a arte se tornou elitizada, foi por causa do espaço e por não ter recebido o apoio necessário».

Para que o problema do TB seja resolvido, a proposta à prefeitura é de que alugue o espaço e adquira o material que foi comprado por algumas pessoas, destinando uma verba de 5 milhões ficando assim, um espaço alternativo para os grupos locais. O outro espaço é o Rondon Pacheco que já está sofrendo uma reforma, mas não será exclusivamente para teatro, pois deverá abranger a todos os setores culturais.

«Secretaria também tem outras despesas»

A secretária de Cultura, Iolanda de Lima, também foi entrevistada para que falasse de sua posição e quais as medidas que poderão ser tomadas em relação ao problema do Teatro de Bolso. Ela falou do orçamento que a secretária deverá dispor e de todas as reformas que estão sendo feitas em outros locais destinados à cultura da cidade, não muito otimista quando refere-se ao TB.

«A Associação de Teatro de Uberlândia assumiu o Teatro de Bolso no período de 09/dezembro a 31/janeiro, pagando as despesas mensais e coordenando, mas o passivo continuou. Agora ela está procurando, através de um projeto, que a prefeitura assumira este passivo e mais as despesas mensais. Desde 01/fevereiro, a Atu não está mais no teatro, mas está disposta a continuar, desde que a prefeitura esteja, também, disposta a coordenar», esclarece a secretária.

Sobre isto ela diz que acha que o executivo não tem condições de orçar, mas estudaria a proposta para ver como poderia ajudar. «Procurei a procuradoria da prefeitura e é só a partir dos estatutos que pode haver um aspecto legal e depois ir à Câmara para ser discutido».

«Até junho, a Secretária de Cultura, diz ela, já deverá dispor do orçamento de 495 mi-

lhões, mas isto não quer dizer que não esteja agindo. Hoje começa a reforma da Casa da Banda e o seu maestro deverá viajar para São Paulo, levando alguns instrumentos que devem ser consertados. Não houve prioridade para a banda, o único motivo é que está de férias e então aproveitamos para fazer os reparos que se faziam necessários».

Ela enfatiza, ainda, que existem muitas outras despesas com reformas como a do Rondon Pacheco que começa no dia 15/junho e vai até 31/julho, da biblioteca, que está em estado precário e, está havendo um começo de negociação para alugar o Cine Vera Cruz que também precisa de uma reforma.

Segundo ela, o palco do cinema se transforma em um lugar muito bom quando se recua a tela. No caso de fechamento do negócio ele deverá se prestar a espetáculos variados, como é o caso do Rondon.

Voltando ao Teatro de Bolso, ela diz que a secretária está disposta a ajudar e acha uma pena caso não se consiga colocá-lo para funcionar. Sobre as verbas, destinadas aos blocos de carnaval, que é alta e somente para quatro dias, explicou que é um problema de planejamento, com uma receita já prevista desde o ano passado.



«A prefeitura vai estudar a proposta da associação para ver o que pode fazer»



OTB poderá ser fechado, se não receber apoio

O aluguel não é renovado e o Teatro de Bolso não vai continuar suas atividades naquele espaço. Busca-se a alternativa de adquirir o imóvel do Cine Vera Cruz, no bairro Aparecida para adequá-lo como teatro. A solução é relativamente aceita pelos grupos de teatro, mas já havia provocado um certo desgaste nas relações entre Secretaria de Cultura e o grupo de teatro Troca Troca. Se não fora resolvido o problema do Grupo, de forma satisfatória, o relacionamento com a ATU se mantinha, mesmo porque a Associação requeria anualmente sua subvenção mediante a apresentação de um plano de trabalho e a aprovação desse plano passava necessariamente pela aprovação da Secretaria Municipal de Cultura que funcionava como órgão fiscalizador da finalidade estatutária da Associação bem como do emprego dos recursos liberados. Além da liberação da subvenção, a Secretaria de Cultura disponibilizou uma sala para a sede da ATU num imóvel administrado pela Prefeitura, que abrigava a Associação dos Artesãos de Uberlândia e tentava, na medida do possível, apoiar as montagens das peças de teatro dos grupos locais. A ATU, nesse sentido, era o canal de representação dos demais grupos.

Com relação à ATU³², é preciso fazer um parêntese. Registrada em cartório em 1981 e declarada de utilidade pública, a Associação de Teatro de Uberlândia tem uma atuação muito significativa e se coloca como canal legítimo de representação dos grupos de teatro amador.

³² Em 1º de julho de 1984, o Termo de Cooperação entre Prefeitura e ATU prevê a subvenção para a entidade no valor de 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil cruzeiros) que deverá ser repassada ao grupo de teatro Troca Troca. Em 1985, a subvenção para a ATU é de 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

O relações públicas da entidade, Agostinho Domingos Bizinoto Macedo, mantinha, desde 1983, uma estreita relação de amizade com Edsel Britto, além de ter livre trânsito no governo municipal, o que lhe assegurava um relativo poder de pressão para falar em nome dos grupos e até de reivindicar a subvenção a que tinha direito por lei desde 1981.

O estatuto da Associação, com 39 artigos e 71 parágrafos, tinha assim expressa sua finalidade:

*“Art. 2º Tem por finalidade promover o cultivo das artes cênicas congregando artistas, incentivadores e interessados, despertando a comunidade para os bens culturais, descobrindo, incentivando e apoiando valores, pugnando por espaço teatral amplo e maior participação privada, municipal, estadual e federal para a arte cênica, nesta compreendendo a instrução, capacitação e desenvolvimento do potencial de grupos teatrais e indivíduos ligados às artes cênicas.”*³³

A ATU³⁴, neste período, congregava nove grupos de teatro amador, tendo três em estudo de filiação, num total de mais ou menos 128 atores. São os seguintes grupos: Grupo Teatral Taí, Grupo Teatral Di-Ferente, grupo teatral Davi, Grupo teatral Erectéion, Grupo Uai Q Dança, Grupo Teatral girassol, Grupo Teatral Cinterartes, Grupo taco, grupo Thép sis de teatro Amador, Grupo Teatral Vodka com Morango, Grupo Teatral Cristo Redentor, projeto Abapuru-Teatro. Estes três últimos, até 1985 ainda não

³³ Estatuto da Associação de Teatro de Uberlândia, de 1985, p.1 O estatuto tem 11 capítulos, 39 artigos e 70 parágrafos. Dispõe sobre a Associação e sede, a constituição, a diretoria, o conselho fiscal, as eleições da diretoria, as atribuições da diretoria, reuniões da ATU, assembléia geral, bens e fundos, direitos e deveres e filiados, disposições gerais e transitórias.

³⁴ Diretoria da ATU em 1984: presidente – José de Oliveira, vice – presidente – José Luiz Ligiéro Coelho, secretário – Rosário Maria de Jesus, tesoureiro – Jacinto Severino da Silva, vice – tesoureiro – Gilberto Pereira Silva, relações públicas – Agostinho Domingos Bizinoto Macedo. Em 1985 : presidente – Agostinho Bizinoto, vice – presidente – Umberto Tavares, secretário – geral - Lucijane Honório Carneiro, primeiro secretário – Águida Inês de Oliveira, tesoureiro geral – Jacinto Severino da Silva, primeiro tesoureiro – Miguel Cunha, relações públicas – Luiz Fernando Mathia.

estavam formalmente filiados à ATU. O Grupo Troca Troca era dirigido por Zeca Ligiéro e estava vinculado a seu trabalho como professor do Departamento de Artes da Universidade Federal de Uberlândia.

Em nome destes grupos, a Associação de Teatro pleiteava um maior apoio financeiro por parte da Secretaria de Cultura, solicitando, além da subvenção, materiais para a montagem de peças dos demais grupos.

A terceira distensão acontece no processo de instalação de oficinas para teatro que vão se desdobrar na montagem da peça *Despertar da primavera*, assunto do terceiro capítulo desta monografia.

Se a Secretaria de Cultura investia na formulação das idéias e de um conceito de cultura, que deveriam nortear a política pública do órgão, a operacionalização desse plano de cultura promovia alguns resultados, mas a abrangência dos recursos acabava por repartir o orçamento a tal ponto de não satisfazer de forma substantiva a nenhum grupo.

A força de pressão e de reivindicação por parte da ATU era muito evidente e também reconhecida pelo poder executivo. No entanto, a dinâmica de atendimento não se consubstanciava de forma imediata nem tão satisfatória como os grupos queriam. Até a tentativa de vincular as academias de dança à ATU como estratégia de cunho político no repasse de verbas vai ser encarado como interferência ao projeto da Associação. A sugestão da Secretaria de Cultura, discutida e debatida pela Associação em assembléia, vai por água abaixo.

O espírito da reivindicação, fomentado pelo plano de governo, para dar suporte à máquina administrativa, parecia se tornar cada vez mais severo e menos tolerante com o relacionamento entre os segmentos organizados e Prefeitura.

Voltando à temática da cultura, recorrente no pensamento dos artistas, dos políticos do PMDB e de intelectuais, nos periódicos do início dos anos 80 e mesmo em pesquisas acadêmicas abordando o período histórico, o que nos chama a atenção é o debate que põe em xeque o Estado autoritário, reitera a democracia como necessária para a sobrevivência dos direitos sociais, o surgimento dos movimentos populares como canal de luta e a relação entre Estado e cultura.

O pensamento vai reiterar aspectos da cultura brasileira quase sempre voltados a entender que a luta dos governos democráticos deva priorizar a produção artístico-cultural dos movimentos populares.

Nessa perspectiva, identidade cultural, nacionalismo e participação se apresentam como categorias mais conceituais do que explicativas para nortear as políticas públicas a serem executadas pelos governos.

O nacional seria o discurso acima da realidade social das culturas populares, serviria para cimentar uma ideologia que concebia o Brasil, naquele período como provedor de uma identidade ímpar sem necessitar de referências e importação de idéias estrangeiras.

Em Cultura Brasileira e Identidade Nacional, Renato Ortiz se dedica a discutir o Estado, cultura nacional e identidade nacional e afirma:

“A memória nacional opera uma transformação simbólica da realidade social, por isso não pode coincidir com a memória particular dos grupos

*populares. O discurso nacional pressupõe necessariamente valores populares e nacionais concretos, mas para integrá-los em uma totalidade mais ampla. A relação que procurávamos entre popular, nacional e estado pode agora ser explicitada. O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos das realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo. Na verdade a invariância da identidade coincide com a univocidade do discurso nacional. Isto equivale a dizer que a procura de uma "identidade brasileira" ou de uma "memória brasileira" que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema. A questão que se coloca não é de se saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os "verdadeiros" valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesse elas servem.*³⁵

O pensamento de esquerda, comprometido com a luta por transformações sociais, se equilibra num discurso que, implicitamente, elabora um comportamento assentado na cooptação das forças dos segmentos sociais, assumindo as possibilidades de resolução das contradições que movimentam a dinâmica da sociedade.

Quando o processo político-partidário do PMDB, em nível nacional e local, estimula a democratização da sociedade, alguns paradigmas teórico sobressaem. A perspectiva gramsciana, nas categorias de intelectual e agente orgânicos, o estado construído à base do consenso e da hegemonia, ficam subliminarmente identificados nos discursos políticos peemedebistas.

Estado para Gramsci é o equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil; ou seja Um Estado democrático se estabelece com a hegemonia de um grupo social

³⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. Brasiliense, São Paulo, 1994, p. 138 –139.

sobre toda a sociedade nacional. Assim é que a coerção, numa primeira etapa do poder e posteriormente a direção e dominação são ações necessárias para efetivação do Estado democrático nacional.

Nessa perspectiva, o nacional, no discurso e prática do governo PMDB se reconhece como prática da cooptação dos movimentos populares e das forças sociais, como tática de fazer valer uma compreensão histórica que projeta um novo momento histórico, impossível no Estado autoritário.

Nesse entendimento, a noção de identidade e do nacional se constrói sobre os pilares da democracia político – social.

A recepção do pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci no Brasil, segundo Marco Aurélio Nogueira, data do início dos anos 60, a partir da publicação de partes dos Cadernos do Cárcere e ganhou projeção nos anos 70 e 80.

“ Nesse período, o pensamento de Gramsci serviu de inspiração para muitos embates no interior das esquerdas, no qual desempenhou inquestionável função renovadora, foi freqüentado por muitos intelectuais de orientação liberal ou social-democrática, foi consumido por áreas católicas, recebeu livre tratamento em diversos ambientes científicos especializados (pedagogia, serviço social, sociologia, ciência política, antropologia, história). Parte importante do seu léxico (sociedade civil, intelectual orgânico, bloco histórico) foi incorporada ao linguajar corrente e chegou mesmo a virar moda.”³⁶

³⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci.. In: AGGIO, Alberto (org) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1998. p.68





CAPÍTULO III

O DESPERTAR DA PRIMAVERA - PRODUTO E PROCESSO

*“Não tenho nada pra ensinar (bobo de quem cair nesta conversa fiada).
Ninguém tem nada pra ensinar. Mas todo mundo precisa sempre tudo
aprender.*

Talvez pudéssemos aprender e reaprender juntos”

Guilherme Abrahão³⁷

No documento Projeto 85, que expõe o plano cultural para o ano de 1985, a Secretaria Municipal de Cultura expressa o compromisso do órgão com o movimento das artes cênicas na cidade: o apoio à ATU (Associação de Teatro de Uberlândia) e aos grupos de dança; o incentivo à criação dos grupos de teatro e a promoção de cursos, oficinas, encontros, festivais de teatro e dança.

Com vários grupos de teatro produzindo espetáculos e se apresentando nas escolas públicas, no Teatro Rondon Pacheco e ainda a própria organização da classe com relativo poder de “pressão”, faz com que a Secretaria de Cultura convide um diretor de teatro para coordenar oficinas para os atores locais. O objetivo: formar novos atores

³⁷ Guilherme Ribeiro Abrahão, em 1985, vai coordenar o Projeto Continuidade e Dsdobramento, uma série de oficinas para teatro, que vão culminar na montagem da peça O Despertar da Primavera. Guilherme Abrahão é uberlandense, nascido em 28 de março de 1954. No período de 1975 a 1978, cursa a Escola de Arte Dramática da Escola de Comunicação e Arte da USP, como ator e, de 1979 a 1985 cursa direção teatral e licenciatura em educação artística com habilitação em artes cênicas. Inicia cedo nas atividades teatrais. Em 1973, participa do VII Festival de Inverno promovido pela UFMG em Ouro Preto. A partir de 1969, participa como ator em espetáculos montados em Uberlândia pelo SESC: Zumbi – 1969; Reconstrução – 1972; Cadeira de Balanço – 1973; O Patinho Preto – 1974. A partir de 1975, já atua em espetáculos na cidade de São Paulo, produzidos pela ECA/USP ou por outras companhias de teatro. Como diretor, estão arroladas no seu currículo, até 1984, 13 peças de teatro. Das três últimas peças, destacam –se Croquetes à Lord Byron de Celso Luiz Paulini no TBC (Teatro Brasileiro de Comédia) de São Paulo, Fama – Paródia Musical de Cristina Nicolotti no Café Teatro Homo Sapiens (SP) e Pirlimpimpim de Zeno Wilde no teatro Ginástico do Rio de Janeiro. Em Uberlândia, Guilherme Abrahão também foi professor de expressão cênica no Curso de Educação Artística da UFU, de agosto de 1978 a dezembro de 1980 e de interpretação e expressão corporal em escolas públicas. Dados extraídos do currículo do ator e diretor Guilherme Abrahão, peça documental dos dossiês do Projeto.

e aumentar a oferta de espetáculos para o público local, dinamizar a ocupação dos teatros e ampliar a produção de peças, criando um circuito de espetáculos.

Para Lucas Nascimento, funcionário da Equipe de Artes Cênicas e ator da peça *O Despertar da Primavera*, a intenção era que os atores fizessem as oficinas e continuassem o trabalho como agentes multiplicadores da experiência em novos projetos de teatro, como continuidade e desdobramento das oficinas.

De fevereiro a abril, começam os contatos e entendimentos com Guilherme Abrahão, um uberlandense, que havia iniciado no teatro em Uberlândia no final dos anos 60 e que cursara a Escola de Arte Dramática (EAD) da Universidade de São Paulo e seguia a carreira de diretor de teatro na capital paulista. Guilherme Abrahão havia trabalhado com Maria Inês Galvão, assessora da secretária de Cultura, no SESC (Serviço Social do Comércio) de Uberlândia em várias peças de teatro; ele, como ator, ela, como diretora.

Não existe um texto formal do Projeto, mas foi arquivado um dossiê, contendo quatro volumes de documentos sobre a peça *O Despertar da Primavera*, o que facilitou a pesquisa e a interpretação do processo de organização e montagem das oficinas e da própria peça. Consta também do dossiê o Projeto da Continuidade e Desdobramento que deveria ocorrer em 1986, mas que não vai ser realizado.

O Início

Guilherme Abrahão vai enviar à Secretaria de Cultura uma proposta de trabalho detalhando as etapas a serem desenvolvidas. A proposta do diretor se dividia em duas fases: a primeira, continha quatro subprojetos, dentre eles, 1. Montagem; 2. Curso de

Interpretação; 3. Curso de Direção; 4. Oficinas de Trabalho. A segunda fase seria o desdobramento da primeira, prevendo a continuidade de outros projetos de montagem posterior. Em virtude disto, o projeto da Secretaria de Cultura vai se chamar Oficina de Teatro Continuidade e Desdobramento ou O Despertar da Primavera.

O subprojeto 1 – Montagem - era previsto para acontecer em 54 dias, tendo como objetivo:

- “.Funcionar como referencial de estudo e como campo de experimentação imediata para os cursos de interpretação e direção.*
- .Viabilizar a existência das quatro oficinas, através da realização da cenografia, figurino, montagem da trilha sonora e luz do espetáculo-eixo.*
- .Ter um espetáculo pronto, realizado com recursos humanos e materiais locais, que possa, com segurança de qualidade, ocupar os dois teatros no 2º semestre de 1985, começando assim a formar uma platéia local.*
- .Obs. Prevê - se para esta temporada, além do trabalho com o público espontâneo, a realização de um projeto “A Escola vai ao Teatro”.³⁸*

Os dois teatros a que se referia o diretor são o Teatro Rondon Pacheco e Teatro Vera Cruz. Este último vai ser adquirido pela Prefeitura e, no ano de 1985, passa por uma reforma, adequando o espaço físico para teatro, mesmo porque uma das exigências para o investimento do INACEN - Instituto Nacional de Artes Cênicas - será a de transformar o espaço em teatro, já que se tratava de um cinema. Sua inauguração vai acontecer em 21 de junho de 1985.

O subprojeto 2 – Curso de Interpretação – apresentava como objetivo:

- “.Desenvolver o ator amador no seu trabalho de interpretação.*
- . Possibilitar-lhe um método de trabalho.*
- . Levá-lo a conhecer as diferentes etapas do processo de criação da personagem e dar-lhe subsídios para desenvolvê-las ao longo de sua carreira.*

³⁸ Projeto Continuidade e Desdobramento. Documento , através do qual o diretor expõe a metodologia do trabalho a ser desenvolvida em Uberlândia. Arquivo da Secretaria de Cultura.

*.Despertar-lhe uma visão estética e crítica .
Os alunos do curso de interpretação serão o elenco da peça a ser montada, para possibilitar que a teoria estudada fosse imediatamente colocada em experimentação, prevendo dois níveis de abordagem: teoria – técnica, prática – criação.*³⁹

O subprojeto 3 – Curso de Direção – previa os seguintes objetivos:

*.Desenvolver o espírito de liderança do diretor principiante.
.Orientá-lo para as questões da produção no teatro amador.
Estudar critérios para escolha de texto e distribuição de personagens.
.Possibilitar-lhe um método para a condução do trabalho do ator.
.Desenvolver-lhe a sensibilidade para a mis-en-scène.
.Dar-lhe noções básicas de harmonia, equilíbrio, movimento e ritmo do espetáculo.
.Despertar-lhe uma visão estética e crítica.*⁴⁰

O subprojeto 4 – Oficinas de Trabalho – envolvem as oficinas de cenografia, “indumentária”, trilha sonora (ou direção musical) e iluminação. Os objetivos:

*“. Conscientizar os grupos amadores das diversas áreas existentes dentro da estrutura do espetáculo e da necessidade de desenvolver pessoas diferentes para cada uma dessas áreas, descentralizando assim o trabalho do diretor do grupo de teatro amador.
.Oferecer ao participante a observação de um método de trabalho.
.Revelar-lhe técnicas básicas.
.Levá-lo o conhecimento de materiais adequados à sua área.*⁴¹

Os objetivos da 2ª fase , foram assim expressos na proposta do diretor Guilherme Abrahão:

*“.Oferecer aos participantes do curso de direção e das oficinas de trabalho, a possibilidade de executarem seus próprios projetos de montagem.
.Levar o aluno do curso de direção a encontrar seu próprio estudo de encenação e seus próprios caminhos para a condução de um processo de montagem.
.Efetivar a criação de grupos de teatro.
.Ampliar a produção de teatro local.
.Dinamizar a ocupação dos teatros.*

³⁹ Idem. Ibidem.s/p.

⁴⁰ Idem.Ibidem. s/p.

⁴¹ Idem. Ibidem.s/p

*.Aumentar a oferta de espetáculos para o público local.
 .Desenvolver uma estética regional.*⁴²

Aceita a proposta de trabalho, A Secretaria de Cultura, por meio da equipe de Artes Cênicas começa a trabalhar na divulgação da Oficina de Teatro – Continuidade e Desdobramento, visando à montagem da peça *Despertar da Primavera*, sob direção de Guilherme Abrahão.

Com divulgação nos jornais e na própria ATU, os interessados deveriam se inscrever para os cursos de interpretação (20 vagas); direção (5 vagas); cenografia (5 vagas); figurino (5 vagas); sonoplastia (5 vagas) e iluminação (5 vagas). Os cursos aconteceriam de 20 de junho a 12 de agosto de 1985 e o período das inscrições marcado para 15 a 25 de junho.

A Secretaria de Cultura vai funcionar como setor administrativo e dar o apoio logístico para a realização das oficinas.

O Processo

O número de inscritos para o curso de interpretação totalizam 102 candidatos, que preenchem uma ficha de inscrição com dados pessoais e com um mínimo de informação sobre a carreira teatral. Para o curso de direção, 5 candidatos se inscrevem; para a oficina de interpretação, o candidato deveria passar por uma seleção ou avaliação, realizada pelo diretor. A performance do candidato no momento da interpretação vai sendo anotada em fichas individuais de avaliação. A avaliação vai ser feita em duas etapas, dividindo os candidatos em duas turmas. O candidato ao curso de interpretação devia seguir as seguintes etapas: a etapa da apresentação de cenas, que deveria ter de 3 a 5 minutos; ser com duas personagens; apresentar a cópia do trecho

⁴² Idem. Ibidem. s/p.

da peça , detalhando o nome da peça , autor e personagem. Os testes não precisariam utilizar recursos de luz, som, figurino ou cenários. A Comissão Organizadora disponibilizaria um apoio cenográfico mínimo, tais como uma mesa, três cadeiras e um sofá. Todos os testes para a oficina de interpretação foram públicos e aconteceram no Teatro Vera Cruz num final de semana (sábado e domingo). É interessante observar as anotações feitas pelo diretor nas fichas individuais.

Logo depois dos testes, a segunda etapa previa exercícios de improvisação e leitura de textos. Estas duas atividades foram realizadas na sede da ATU. Feitas as avaliações, somente 20 candidatos são aprovados em primeira chamada: 10 ficam sujeitos à segunda chamada. Portanto, para o contexto da peça a ser montada, trinta por cento dos candidatos vão ser selecionados. Participam da peça dezoito atores (cinco mulheres e treze homens). Dos candidatos ao curso de direção, um abandonará a oficina e quatro serão aprovados , na condição de assistente de direção.

Os não-aprovados são convidados a cursarem as oficinas de cenografia, figurino, sonoplastia ou iluminação.

Os aprovados em primeira chamada para as oficinas de interpretação e direção vão iniciar as atividades no dia 3 de julho, na sede da ATU.

A realização das oficinas e, particularmente a participação de Luiz Alberto de Sousa, Miracema Barbosa e Lucas Nascimento vai ser importante para o andamento das atividades técnicas e administrativas.

(43)

AVALIAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO

Tipo Físico : moço - mulher bonita finaPrimeira Impressão : ótima

APRESENTAÇÃO DA CENA :

Entendimento da cena : AConstrução da personagem : ARelação com a réplica : AInteriorização : AEmpatia : ADesenvolvimento da Fala : ADesenvolvimento corporal : AEstilo de interpretação : natural T.V. - credívelGrau de verdade : AObservações Gerais sim (sem dúvida)

(44)

AVALIAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO

Tipo Físico : raposo desengonçado - meio comumPrimeira Impressão : ótima

APRESENTAÇÃO DA CENA :

Entendimento da cena : AConstrução da personagem : BRelação com a réplica : BInteriorização : BEmpatia : ADesenvolvimento da Fala : ADesenvolvimento corporal : CEstilo de interpretação : causticoGrau de verdade : BObservações Gerais sim (sem dúvida)

Todos participam diretamente da montagem da peça. Miracema Barbosa como produtora executiva e na área de divulgação; Lucas Nascimento como ator e maquiador e Luiz Alberto como cenógrafo e programador visual.

Nem todos vão ficar contentes com o resultado da seleção. Um episódio restrito chama a atenção da comunidade. Uma candidata à oficina de interpretação, apesar de aprovada, não vai ser chamada a fazer parte do elenco, porque, segundo o diretor, ela não tinha o perfil para a personagem da peça que requeria atores mais jovens. O fato ganha os jornais, especialmente porque o cronista “InFernando”⁴³ vai tomar as dores de sua esposa e utiliza o jornal para disparar contra a Secretaria de Cultura sobre um processo de seleção que julga ser uma forma antidemocrática de fazer a democracia participativa. Acusa os funcionários do órgão de privilegiar somente os atores mais jovens, sem dar chance para atores com experiência.

Como metodologia do curso de interpretação, salientamos a preocupação do diretor de realizar um trabalho técnico pormenorizado incluindo uma série de eventos. O primeiro evento foi a exibição pública do filme *A Caixa de Pandora*, obra baseada no texto teatral homônimo de Frank Wedekind, e leitura pública da peça teatral *O Despertar da Primavera* do mesmo autor alemão. O segundo evento foram exercícios de improvisação, seguidos de aula pública sobre o estilo da peça, apresentação do elenco para o público e imprensa, apresentação dos projetos de cenografia, figurino, música, luz e direção, ensaio corrido, ensaio geral para o público, culminando com o último evento: a estréia oficial do espetáculo. Metade do elenco estava na faixa etária entre 15

⁴³ Infernando. Luiz Fernando Quirino, Jornalista do Jornal O Correio de Uberlândia.

a 20 anos e, a outra, acima de 20 anos. Quatro dos candidatos não tinham experiência de teatro. A escolaridade dos atores variava entre 1º, 2º graus, sendo cinco universitários.⁴⁴

Sobre o autor e a peça

A peça *O Despertar da Primavera*, do dramaturgo alemão Frank Wedekind, trata do tema da sexualidade dos jovens adolescentes do final do século 19. Escrito em 1890, a peça desenvolve uma problemática que aborda a repressão da instituição escolar e da família, a submissão das mulheres em torno de um eixo principal: o tabu e a ignorância acerca da descoberta do prazer e da curiosidade sexuais. Guilherme Abrahão apresenta o autor alemão (1864 – 1918) como sendo o representante do elo entre o Naturalismo e o Expressionismo, que concebe o homem como resultado de seu ambiente biológico e físico, chegando a um vitalismo radical, movido por impulsos elementares. Em suas obras, destacam-se o exagero, a caricatura, a abstração e a distorção, um certo impulso anárquico.

“Wedekind antecipou processos essenciais do Expressionismo, tornando-se um dos inspiradores da vanguarda dramatúrgica e cênica que, a partir do século passado, iria modificar as concepções básicas da arte teatral.”

⁴⁴ Elenco da peça **O Despertar da Primavera**: Alberto Nasciutti, Amadeu Lamounier, André Zoccoli, Cristiane Porto, Deusni Tomaz, Dorivaldo Donizeth, Hécio Brigagão, Lavínia Pannunzio, Lucas Nascimento, Luciano Sávio, Marcello Toledo, Miguel Cunha, Miriam de Souza, Luiz Antônio Silva, Sérgio Alexandre, Sólon de Freitas, Sandra Sato, Sumaya Mattar.

Aprovados para o Curso de Direção: Agostinho Domingos Bizinoto Macedo, Geraldo Moraes de Faria Alvim, José Umberto Tavares, Luiz Cláudio Sardelli e Rosária Maria de Jesus.

Peças, cujos trechos foram interpretadas pelos candidatos ao curso de interpretação: *O Matuto Mineiro* de Urbano, *A Moratória* de Jorge Andrade, *Ópera do Malandro* e *Calabar* de Chico Buarque, *Bodas de Sangue* de Garcia Lorca, *O Santo Inquérito* de Dias Gomes, *Murro em ponta de faca* (?), *Esperando Godot* de Samuel Beckett, *O Noviço* e *Quem Casa Quer Casa* de Martins Pena, *A Paz que nos deram* de Edsel Britto e Agostinho Bizinoto, *Show Baile* de Zeca Ligiero.

*Proclamou em sua obra,(...) o poder avassalador dos instintos, enaltecendo o “espírito da carne”, e o ideal do “homem forte” que expande plenamente seus impulsos sexuais, tornando-se um dos grandes arautos da mensagem vitalista e do reformismo sexual. Wedekind ironiza e desafia a pseudo moral da sociedade burguesa contemporânea, insiste no tema da luta das gerações, busca uma linguagem alógica, ao mesmo tempo em que opõe-se radicalmente à emancipação feminina, satirizando o feminismo como contrário à natureza...”*⁴⁵

O Despertar da Primavera é uma peça em três atos. Primeiro ato, cinco cenas. Segundo ato, sete cenas e terceiro ato, sete cenas. A peça para ser encenada teve a cópia do texto em português de ser submetida à aprovação da Censura Federal em Belo Horizonte, que aprovou com corte duas cenas: a cena de masturbação e a do beijo entre dois adolescentes, além de restringir a peça como imprópria para menores de dezesseis anos.

Sobre a escolha da peça O Despertar da Primavera, o diretor Guilherme Abrahão assim se colocou: *“texto que me apaixonou, logo que o conheci, em 1977. O que tenho pra falar dele já está no espetáculo”*.

No programa da peça, o texto do diretor expõe sua concepção de trabalho no e com o teatro:

“ Não são os meus 15 anos de teatro, nem meu Curso de Interpretação na Escola de Arte Dramática e muito menos a graduação em Direção na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo que podem me abalizar e dizer verdades plenas.

Os conceitos de teatro que hoje tenho são verdades provisórias que podem se modificar inteiramente no primeiro contato com o pior dos atores amadores.

Portanto, minhas idéias e meu plano de trabalho não passam de um ponto de partida, sujeitos à revisão permanente, sendo que a verdade a prevalecer será aquela que o conjunto das pessoas apreender, através da atenta observação e discussão dos fatos.

⁴⁵ Texto publicado no programa da peça O Despertar da Primavera, elaborado por Guilherme Abrahão..

Para fazer teatro o que precisamos não é aprender a fazer teatro, mas aprender a viver e a conviver, pois é isto que não sabemos fazer, e é daí que extraímos todo o material necessário à cena.⁴⁶



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CENSURA FEDERAL

16 IMPRÓPRIO PARA
MENORES DE
DEZESSEIS ANOS

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL

AUTORIZO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DURANTE O PERÍODO
DE 16/08/85 A 16/10/85, LOCAL UBERLÂNDIA
_____, HORÁRIO XXXXXXXX,
A APRESENTAÇÃO DA PEÇA TEATRAL "O DESPERTAR DA PRIMAVERA"
_____, DE AUTORIA DE FRANK WEDEKIND
_____, A SER ENCENADA PELO GRUPO AMADOR SOB O
PAECOCÍNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE UBERLÂNDIA,
LIBERADA POR ESTE SERVIÇO DE CENSURA COM A CLASSIFICAÇÃO IMPRÓPRIO PA-
RA MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS TUDO DE CONFORMIDADE COM A POR-
TARIA Nº 017/78-DCDP, ALÍNEA "E".

OBS. COM CORTE: Na marcação da cena de masturbação.
No beijo entre dois adolescentes à pág. 45

CORTE

BELO HORIZONTE, 16 / 08 / 85

ANTÔNIO JOSÉ DE FREITAS DUARTE
CHEFE DO SCDP/SR/MG

OBS. O PRESENTE CERTIFICADO SÓ TERÁ VALIDADE, QUANDO ACOMPANHADO
DO TEXTO DEVIDAMENTE CARIMBADO.

⁴⁶ Idem. Ibidem. s/p. Apresentação da peça no programa.

A estréia

A peça estreou no dia 23 de agosto de 1985, às dezoito horas. A curtíssima temporada de apresentações durou mais três sessões; dias 24 às 21 horas e às 24 horas e no dia 25 às 18 horas. Cada apresentação era muito concorrida e o Teatro ficava lotado. A repercussão foi muito boa tanto do ponto de vista do público quanto dos participantes da peça que, logo após a temporada, formaram uma comissão com objetivo de continuar o projeto como havia sido planejado desde o início das oficinas.

A Secretaria de Cultura dava como vitoriosa uma etapa que deveria ter sua continuidade e desdobramento. Abrindo o programa da peça, o texto da Secretaria deixa em aberto o processo de continuidade e assim se posiciona:

“O projeto se divide em etapas e está aberto à reelaboração. A primeira etapa consiste na montagem da peça (...) com uma avaliação final, feita pela Secretaria Municipal de Cultura, juntamente com a Associação de Teatro de Uberlândia (ATU) e elementos da comunidade envolvidos no processo. A segunda e as demais etapas serão desenvolvidas tomando-se como referência o resultado desta avaliação. As apresentações que se seguem mostram o trabalho desenvolvido até o momento pelos elementos participantes dos cursos e mini-oficinas.”⁴⁷

Ao final de agosto, a Comissão de O Despertar da Primavera⁴⁸ se reúne com a secretária de Cultura a fim de apresentar mais algumas sessões no Teatro Vera Cruz e propõe também apresentações nas cidades vizinhas. A Secretaria alegava não ter recursos para viabilizar a excursão da peça. Portanto, não havia como continuar o projeto que ele mesmo iniciara.

⁴⁷ Texto da Secretaria de Cultura para o programa da peça.

⁴⁸ As oficinas e montagem da peça vão custar aos cofres público a quantia de Cr\$13.590,000,00 (treze milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) incluindo receita e despesa.

Do ponto de vista da relação institucional e classe teatral, mais um momento de distensão. O fato é que a experiência positiva se encerrava na escassez de recursos. Um certo processo de “erosão” começa a se desenhar nos horizontes do movimento de teatro amador. A pauta do que podia ser feito pelo teatro amador parecia ter no espetáculo a duração de uma política pública satisfatória. Quer dizer, se nenhum recurso viesse mais em prol do teatro, a experiência já teria validado os objetivos do programa de governo.

Nesse sentido, a Secretaria não podia sustentar um acervo cultural na dinâmica da circularidade: – produção – circulação – reinterpretação, acentuando a distância entre o movimento teatral e o poder executivo, além de não possibilitar a formação de platéias.

Sobre a importância do projeto para a classe teatral, o depoimento de Lucas Nascimento acentua a experiência, dando ênfase à idéia de que foi um dos mais importantes trabalhos já realizados pela Secretaria de Cultura:

“ Me lembro que, na época, foi um alvoroço. A classe teatral toda se mexeu para se inscrever na seleção que Guilherme propôs, na ocasião, para a escolha dos participantes desse grande projeto. Só que Guilherme não queria que viessem a participar pessoas que já possuíam ranço de “estrelas” que, na época, existiam muitas e que na área teatral é muito comum,, pois isso não permitiria o avanço do projeto. Me lembro que não havia a pretensão de se montar uma peça teatral pois esta não era na realidade a finalidade do projeto e sim formar multiplicadores que pudessem ao término do projeto darem continuidade e todo o conhecimento repassado nas oficinas pudessem ser desdobrados em novos grupos teatrais.

Na seleção, Guilherme visou mais aqueles interessados, mesmo que leigos, mas que tivessem sensibilidade e fizessem um bom trabalho; Guilherme tinha tino para isto, tanto que sua escolha se deu por algumas pessoas que nunca haviam pisado no palco, pois queria extrair de cada

um, a sua verve para atuar. Daí surgiu como consequência a peça que pudesse trabalhar toda aquela energia que começou a aparecer com a seleção realizada.

... o projeto foi de um valor imenso para a classe teatral da cidade pois descobriu novos talentos em todas as áreas a que se propôs: direção, atuação, iluminação, figurinos, etc. e, a meu ver, só não houve continuidade, porque como acontece até hoje, a classe é desunida e na falta de uma pessoa central, cujo papel o Guilherme fazia muito bem, o grupo criado na época se desmantelou e também o Guilherme não poderia continuar na retaguarda do Projeto por questões particulares. Desfeito o grupo da montagem, tentou-se criar um outro sob direção de Luiz Cláudio Sardelli o “Vodca com Morango” mas não deu certo....”⁴⁹

⁴⁹ Depoimento concedido por Lucas Nascimento em julho de 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Talvez um dos pontos mais complexos, do ponto de vista da interpretação historiográfica é pontuar as contradições que marcam a dinâmica dos grupos sociais num determinado tempo e espaço.

Quando nos debruçamos a analisar o contexto que produziu a peça O Despertar da Primavera, o que era explicitável pelos documentos não atualizava nossa percepção sobre a dinâmica que marcou o processo tanto da implantação da Secretaria de Cultura de Uberlândia quanto das suas relações com o movimento de teatro amador local.

Diversamente do documento formulado pelo PMDB Nacional, as ações municipais, ainda que tivessem seguido uma coerência no discurso, acabaram por se tornar menos eficazes na área das atividades de valorização do teatro amador em Uberlândia. Ainda que a Secretaria Municipal de Cultura desenvolvesse um plano institucional de fomento e incentivo às artes cênicas, o Projeto Continuidade e Desdobramento, que resultou na montagem da peça O Despertar da Primavera precisa ser visto, pelo menos sob dois argumentos: o que dá sustentação ideológico-partidária à política de cultura, ensejando a aspiração e a participação dos cidadãos nas decisões governamentais e o outro lado que projeta o produto artístico e cênico, como fruto de um processo mobilizador do setor cultural que reposiciona o pensamento original do plano cultural.

O processo das oficinas e montagem da peça foi considerado pela equipe de Artes Cênicas da Secretaria de Cultura como sendo um dos mais bem sucedidos trabalhos na área naquele período. No entanto, o que pareceu ser um perspectiva no

horizonte do teatro amador se esgotou na falta de recursos públicos e em novos investimentos para que houvesse a continuidade.

Ao mesmo tempo que o plano cultural da secretaria de Cultura se permitia a estratégias de participação, ele também intranquilizava a classe teatral, quando não respondia satisfatoriamente a todas as demandas.

Cultura e cidadania, como dimensão política da vida social e como categoria discursiva do governo municipal, passaram a se esgotar, porque as diferenças se comunicavam não para se orientarem na base da troca material somente, mas das representações que marcaram as relações individuais e coletivas, selecionando, por sua vez, interesses diversos.

A cidadania buscada no contexto da Democracia Participativa não se sustentava plenamente porque na experiência da montagem da peça, os conflitos entrecruzavam impondo barreiras e limites nos relacionamento entre as instituições e os agentes culturais.

O que fazia sentido para os atores do teatro amador não era proporcionalmente o mesmo sentido ou visão do órgão cultural. As representações simbólicas que davam sentido à sobrevivência de ambos se estendiam para fora das referências da máquina administrativa pública.

Portanto, os instrumentos para a conquista da cultura quanto da cidadania, forjados no mundo das idéias, não se aperfeiçoaram no campo do debate e do embate.

Enquanto sujeitos dessa cultura e dessa participação, as distensões que se abriram não se resolveram porque faltou envolvimento mais técnico e profissional na

busca de uma resolução coletiva, empregando sobretudo a experiência do cidadão comum.

A experiência positiva se fragmentou, e o Projeto da continuidade não foi viabilizado, provocando mais uma distensão na(s) primavera(s) que despertava(m).

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto(org) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo, Unesp, 1988.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, Ática, 1988

PAOLI, Maria Célia .Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, J.S.L. **Cultura e identidadeOperária**. Marco Zero, 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura & identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

Documento Esperança e Mudança. Coleção Alberto Pasqualini, Volume XXI, 1981.

Proposta para a Ação do governo municipal. Venceremos PMDB. Uberlândia, 1982.

Lei nº 3955 de 09 de setembro de 1983.

Revista Uberlândia 96. ABC Propaganda, Gráfica Sabe.

Jornal Participação – Ano I, nº 6, fev.1985.

Jornal Primeira Hora – Ano 1982 – 2º semestre

Atas da ATU, 1984.

Dossiês do projeto Continuidade e Desdobramento da Secretaria Municipal de Cultura

Ilustrações

Capa - Primeiro estudo para o programa da peça O Despertar da Primavera.

Fotos – Arquivo da Secretaria Municipal .